



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Maria Inês Pina Fernandes

AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE FINANCEIRA
CONTRIBUTOS PARA A NORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO
DE AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE FINANCEIRA (IACFIN) NA
POPULAÇÃO PORTUGUESA

Dissertação no âmbito do Mestrado Integrado em Psicologia, área de especialização em Psicologia Clínica e da Saúde, subárea de especialização em Psicologia Forense, orientada pela Professora Doutora Maria Manuela Pereira Vilar e pela Doutora Liliana Baptista Sousa e apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Outubro de 2021

Avaliação da capacidade financeira: Contributos para a normalização do Instrumento de Avaliação da Capacidade Financeira (IACFin) na população portuguesa

Resumo

Introdução: Quer o envelhecimento normativo, quer o patológico (incluindo doenças degenerativas e/ou doença mental, e.g. demência, declínio cognitivo ligeiro, depressão) surgem associados a perdas cognitivas e funcionais. Uma das capacidades sensíveis/vulneráveis ao envelhecimento e ao declínio cognitivo é a capacidade financeira, que pode originar limitações no funcionamento quotidiano do idoso e incrementar a sua dependência em relação a terceiros, restringindo a sua autonomia e independência. Em Portugal, está previsto na lei um conjunto de medidas legais para a proteção da pessoa com incapacidade. Neste âmbito, é usualmente requerida avaliação neuropsicológica, para estabelecer o perfil de funcionamento dos indivíduos, incluindo os aspetos da funcionalidade em termos financeiros. O Instrumento de Avaliação da Capacidade Financeira (IACFin) é um instrumento especificamente desenvolvido para o efeito, em contexto português.

Objetivos: A presente dissertação/estudo tem como objetivo contribuir para a normalização do Instrumento de Avaliação da Capacidade Financeira (IACfin) para a população portuguesa de adultos e adultos idosos.

Métodos: Foi utilizada uma amostra de conveniência (N=118). O protocolo de avaliação aplicado incluiu uma entrevista semiestruturada para a recolha de informação sociodemográfica e clínica, o Exame Cognitivo de Addenbrooke – Revisto (ACE-R), a Escala de Depressão Geriátrica-30 Itens (GDS-30), o Inventário de Avaliação Funcional de Adultos e Idosos (IAFAI) e o Instrumento de Avaliação da Capacidade Financeira (IACFin).

Resultados: Observou-se uma influência significativa das variáveis idade e escolaridade na capacidade financeira (quanto mais idade, menor a capacidade; quanto mais escolaridade, mais preservada a capacidade) e ausência de influência significativa entre a variável sexo e a capacidade financeira (com exceção do domínio Pagamento de contas, no qual os homens pontuam melhor). Foram também observadas associações significativas entre os resultados no IACFin e os do ACE-R, identificando um pior desempenho da capacidade financeira quanto menor a pontuação no exame cognitivo. Foi também possível observar um melhor desempenho da capacidade financeira no grupo normativo face ao grupo clínico, sinalizando um menor desempenho da capacidade financeira em quadros de declínio cognitivo. Foi construído um primeiro referencial normativo exploratório (percentis) com base nas variáveis idade e escolaridade.

Conclusões: Entre as limitações apresentadas no estudo, denota-se a necessidade de realizar estudos futuros no âmbito de uma amostra mais alargada, abrangente e diferenciada. Contudo, ficou demonstrado que as pontuações no IACFin diferenciam amostras normativas e clínicas (considerando grupo com declínio cognitivo), assim como sensibilidade à influência das variáveis sociodemográficas, como a idade e escolaridade. É também desenvolvido um primeiro referencial normativo para a interpretação dos desempenhos neste instrumento, potenciando a tomada de decisão no

âmbito da avaliação da capacidade financeira em contextos clínicos e legais.

Palavras chave: Capacidade Financeira, Capacidade Testamentária, IACFin, Validação e normalização, Adultos, Idosos.

Financial Capacity Assessment: Contributions for the normative parameters of Financial Capacity Assessment Instrument (IACFin) in the portuguese population

Abstract

Introduction: Both normative and pathological aging (including degenerative diseases and/or mental illness, e.g., dementia, mild cognitive decline, depression) are associated with cognitive and functional losses. One of the sensitive/vulnerable abilities to aging and cognitive decline is financial capacity, which can lead to limitations in the daily functioning of the elderly and increase their dependence on others, restricting their autonomy and independence. In Portugal, the law provides for a set of legal measures to protect people with disabilities. In this context, neuropsychological assessment is usually required to establish the functioning profile of individuals, including aspects of functionality in financial terms. The Financial Capacity Assessment Instrument (IACFin) is an instrument specifically developed for this purpose, in a Portuguese context.

Objetives: This dissertation/study aims to contribute to the standardization of the Financial Capacity Assessment Inventory for the Portuguese population of adults and elderly.

Methods: Was used a convenience sample (N=118). The assessment protocol applied included a semi-structured interview to collect sociodemographic and clinical information, the Addenbroke's Cognitive Assessment – Revised (ACE-R), the Geriatric Depression Scale (GDS-30), the Adults and Older Adults Functional Assessment Inventory (IAFAI) and the Financial Capacity Assessment Inventory (IACFin).

Results: There was a significant influence of the variables age and education on financial capacity (the older the person, the less the ability; the more education, the more preserved the ability) and no significant influence between the variable gender and financial ability (except for the domain Bill payment, in which men scored better). Significant associations were also observed between the results on the IACFin and the ACE-R, identifying a worse performance in financial capacity the lower the score on the cognitive exam. It was also possible to observe a better performance of financial capacity in the normative group compared to the clinical group, signaling a lower performance of financial capacity in cases of cognitive decline. A first exploratory normative reference (percentiles) was built based on the age and education variables.

Conclusions: Among the limitations presented in the study, there is the need to carry out future studies within a broader, comprehensive and differentiated sample. However, it was shown that the scores on the IACFin differentiate normative and clinical samples (considering a group with cognitive decline), as well as sensitivity to the influence of sociodemographic variables, such as age and education. A first normative referencial for the interpretation of performance in this instrument is also developed, enhancing decision-making in the context of the assessment of financial capacity in clinical and legal contexts.

Key Words: Financial Capacity, Testamentary Capacity, IACFin, Validation and standardization, Adults, Eldery.

Agradecimentos

A presente dissertação é a materialização de um sonho há muito esperado, o qual envolveu muito esforço, dedicação, comprometimento e resiliência. Não apenas de mim, mas de todos os que lutaram comigo rumo a esta conquista. Insuficientes serão as palavras para expressar a imensa gratidão que guardo para com todos os que colaboraram para que o presente marco fosse possível, mas procuro aqui deixar algumas palavras desse profundo agradecimento.

À Professora Doutora Maria Manuela Vilar, a quem expresso uma imensa admiração, não poderia deixar de ressaltar toda a disponibilidade, paciência, dedicação e contínuo apoio, que sempre procurou transmitir a calma, compreensão e confiança necessárias durante os tempos mais difíceis. Sempre disposta a ensinar e incentivar pelo nosso melhor.

À Doutora Liliana Sousa, pela incansável orientação, disponibilidade e apoio prestados ao longo do ano que tornaram possível o presente estudo.

A todos que tornaram a presente investigação possível pela sua participação na mesma.

Às minhas colegas de Forense, pela amizade, companheirismo e ajuda, ao esforço e experiências partilhadas, que tornaram estes dois anos inesquecíveis.

À minha colega de investigação, a Andreia, por toda a ajuda e partilha, pelos desabafos e compreensão.

À grande «irmã» que Coimbra me deu, a Júlia, com quem ri, chorei, desabafei e lutei, que me deu ânimo e luz, dia após dia, durante este meu percurso.

E a quem tudo devo, à minha amada família. À minha mãe Cristina, aos meus avós António e Fernanda, e ao meu irmão João. Aos que sempre lutaram por mim, aos que nunca falharam, aos que tornaram este sonho possível e aos que sempre acreditaram e investiram em mim. A todo o amor, dedicação e apoio incondicional constantes e incansáveis. Chego aqui, graças à força desta família.

Um eterno e imenso obrigada!

Lista de abreviaturas

ABVD | Atividades Básicas de Vida Diária

AIVD-F | Atividades Instrumentais de Vida Diária-Familiares

AIVD-A | Atividades Instrumentais de Vida Diária-Avançadas

ACE-R – *Addenbrooke's Cognitive Examination-Revised* (Exame Cognitivo de Addenbrooke Revisto)

AVC – Acidente Vascular Cerebral

CEJ – Centro de Estudos Judiciários

DCL – Declínio Cognitivo Ligeiro

GDS – *Geriatric Depression Scale* (Escala de Depressão Geriátrica)

IACFin – Instrumento de Avaliação da Capacidade Financeira

IAFAI – Inventário de Avaliação Funcional de Adultos e Idosos

INE – Instituto Nacional de Estatística

Índice

Introdução	1
I – Enquadramento conceptual (revisão da literatura)	3
1.1. Envelhecimento, funções cognitivas e capacidade funcional....	3
1.2. Capacidade financeira e capacidade testamentária.....	4
1.3. Capacidade financeira e testamentária no âmbito da psicologia forense	5
1.4. Instrumento de Avaliação da Capacidade Financeira (IACFin) 7	
II - Objetivos	9
III - Metodologia.....	9
3.1. Amostra.....	9
3.2. Instrumentos	10
3.3. Procedimentos.....	12
3.4. Análise de dados	12
IV - Resultados.....	13
4.1. Efeito das variáveis sociodemográficas	13
Sexo	13
Idade	13
Escolaridade	15
Funcionamento cognitivo	17
4.2. Modelo(s) preditivo(s) dos resultados no IACFin	19
V - Discussão	20
VI - Limitações do estudo, sugestões para pesquisas futuras e conclusões	26
Bibliografia.....	28
ANEXOS.....	35

Índice de Tabelas

Tabela 1. Características sociodemográficas da amostra total	10
Tabela 2. IACFin: comparação entre o sexo masculino e o sexo feminino	13
Tabela 3. IACFin: comparação entre as faixas etárias	14
Tabela 4. IACFin: comparação entre o grupo Adultos e o grupo Idosos	15
Tabela 5. IACFin: comparação entre níveis de escolaridade	16
Tabela 6. IACFin: comparação entre os grupos de escolaridade.....	17
Tabela 7. IACFin: comparação entre os grupos normativo e clínico .	18
Tabela 8. IACFin: Módulo II (Aptidões Financeiras Gerais) – Regressão com variáveis demográficas (escolaridade e idade)	19
Tabela 9. IACFin: Módulo II (Aptidões Financeiras Gerais) – Regressão com domínios cognitivos (ACE-R)	19
Tabela. 10 Dados normativos considerando idade/escolaridade (percentis)	24

Lista de Anexos

Anexo A. Quadro conceitual de referência na avaliação da capacidade financeira e testamentária	35
Anexo B. Exemplo de protocolo de avaliação neuropsicológica: domínios relevantes e instrumentos de avaliação	36
Anexo C. Módulos, domínios e respectivos itens do IACFin	37
Anexo D. Quadro-resumo dos estudos anteriores de precisão e validade do IACFin	39
Anexo E. Correlações de Pearson dos parâmetros do IACFin com a Idade e Escolaridade, em anos, dos participantes	41
Anexo F. Testes Post Hoc – Comparações múltiplas – Faixa Etária	42
Anexo G. Testes Post Hoc – Comparações múltiplas – Escolaridade	46
Anexo H. Correlações de Pearson dos parâmetros do IACFin com os do ACE-R e da GDS-30	48

Introdução

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística [INE] (INE, 2020), em Portugal verificar-se-á, até 2080, um aumento da população idosa (≥ 65 anos) para 3,0 milhões, acompanhado de um aumento da esperança média de vida, que resultará num aumento substancial do índice de envelhecimento.

Concomitantemente ao processo normativo de envelhecimento verifica-se o aparecimento de condições debilitantes do funcionamento cognitivo, como perturbações neurodegenerativas (e.g., demências, declínio cognitivo), quadros de perturbação mental (e.g., depressão) e de doenças crónicas (e.g., doença cardiovascular, acidente vascular cerebral [AVC], diabetes, cancro) (Sousa, Simões et al., 2014).

A perda cognitiva inerente ao envelhecimento (quer normativo, quer patológico) surge associada a declínios/défices da capacidade funcional e consequente perda de capacidade para a realização de atividades de vida diária, desde as básicas, como a capacidade de se alimentar e fazer a higiene diária, às instrumentais, como a tomada de decisão sobre o património e/ou consentir tratamento médico, a título de exemplo (Marson & Hebert, 2006), o que põe em causa a autonomia e independência do idoso, deixando-o também mais fragilizado/vulnerável a abusos e maus-tratos (Amarante, 2018).

Entre as atividades de vida diária mais complexas e passíveis de défice/perda funcional no decurso do envelhecimento (normativo e/ou patológico) estão a capacidade financeira, i.e. gestão capaz do próprio dinheiro e bens (Marson et al., 2000; Sousa, 2014; Sousa et al., 2010), e a capacidade testamentária, i.e., compreensão e capacidade de decisão sobre a disposição formal do próprio património (Shulman et al., 2007, 2009; Slovenko, 2006; Sousa, 2014; Sousa et al., 2019). Estas atividades têm particular relevo no contexto forense uma vez que o direito à capacidade civil, que pressupõe o poder de autodeterminação, pode ser questionado legalmente, levando a processos de determinação da capacidade, em que elenca a capacidade financeira e/ou a disposição do património (Sousa et al., 2019).

Neste âmbito, foi desenvolvido o Instrumento de Avaliação da Capacidade Financeira (IACFin; Sousa, Vilar, Firmino, et al., 2013) com o intuito de dar resposta às questões específicas do âmbito legal, em contexto português, acerca da capacidade financeira e disposição do património, quando estas são alvo de avaliação em processos judiciais (Sousa, 2014; Sousa et al., 2019).

Dos estudos já efetuados sobre o IACFin, conta-se com os de Sousa (2014) e Sousa e colaboradores (2013), que viabilizaram o seu desenvolvimento e elaboração do respetivo manual de aplicação/cotação, e com os estudos de Cesário (2013) e Barata (2019), que procuraram estabelecer indicadores de validade e precisão. O presente estudo surge no seguimento destas investigações e tem por objetivo contribuir para a validação do IACFin e, especificamente, para a construção do referencial normativo do IACFin para a população portuguesa. Assim, para o efeito, a presente dissertação contemplará um primeiro momento referente ao enquadramento conceptual. Neste, explorou-se a literatura existente referente aos temas em análise, nomeadamente envelhecimento e funções cognitivas, capacidade funcional e

capacidades financeira e testamentária, incluindo a sua especificidade em contexto forense. Conta ainda com exposição da caracterização e resumo dos estudos prévios com o IACFin, assim como com a apresentação/caracterização do instrumento. Findo o enquadramento teórico, passamos à apresentação dos objetivos principais deste estudo, sendo estes a análise das características psicométricas e atualização das linhas orientadoras dos estudos prévios, visando estabelecer os primeiros parâmetros normativos (exploratórios), contribuindo para a construção de um primeiro referencial normativo do IACFin para a população portuguesa de adultos e adultos idosos. Seguir-se-á a exposição e análise dos resultados obtidos, seguido da respetiva discussão, apresentação das conclusões formuladas e compreensão dos limites constatados do presente estudo, assim como de linhas orientadoras para (possíveis) estudos futuros.

I – Enquadramento conceptual (revisão da literatura)

1.1. Envelhecimento, funções cognitivas e capacidade funcional

Em 2002, num estudo efetuado pelo Instituto Nacional de Estatística [INE] (INE, 2002), foi possível compreender como as tendências do fenómeno do envelhecimento demográfico se foram desenvolvendo em Portugal. Entre as conclusões, destaca-se o facto de a população idosa (≥ 65 anos) ter aumentado em detrimento da população jovem (0-14 anos) e da população em idade ativa, sendo que entre 1960 e 2001 se observou um decréscimo na população jovem de 36%, face a um incremento de 140% da população idosa. Adicionalmente, verificou-se um aumento substancial da proporção da população idosa (duplicou para 16,4%) e do índice de envelhecimento (103 idosos por cada 100 jovens), assim como um aumento da esperança média de vida (72,4 anos para os homens e nos 79,4 anos para as mulheres) e um aumento de 34 para 42 do índice de longevidade (número de indivíduos com ≥ 75 anos no total da população idosa). Verifica-se que estas tendências não só se têm vindo a materializar, como se prevê a sua contínua evolução. De acordo com as Projeções de População Residente (2018-2080) efetuadas e publicadas pelo INE (2020a), prevê-se que Portugal perderá população (de 10,3 para 8,2 milhões), da qual se irá verificar um aumento de 2,2 para 3,0 milhões do número de idosos (≥ 65 anos) e um aumento substancial no índice de envelhecimento (de 159 para 300 idosos por cada 100 jovens). A par destes dados, prevê-se que a esperança média de vida em Portugal venha a situar-se entre os 85,77 e 89,60 anos, para os homens, e entre os 91,31 e 94,42 anos, para as mulheres (INE, 2020a). Com efeito, reforça-se a previsão de uma população cada vez mais envelhecida e com maior longevidade. Embora ainda se desconheça, à data, qual o impacto da situação de pandemia (Covid-19) na temática e nos dados recolhidos, e apesar desta poder vir a originar alguma variação nos dados, com a informação disponível considera-se que continuará evidente o envelhecimento populacional, nomeadamente, em Portugal.

Face ao panorama apresentado que alerta para a contínua predominância de uma população idosa, torna-se imprescindível procurar compreender as necessidades específicas desta população e as suas características. Entre estas, o facto de se tratar de uma população com uma maior incidência de fragilidades cognitivas (INE, 2002), desde o declínio cognitivo normativo inerente ao envelhecimento, ao surgimento de perturbações neurodegenerativas (e.g., demências e declínio cognitivo ligeiro) e quadros de perturbação mental (e.g., depressão), assim como uma maior prevalência de doenças crónicas (e.g., doença cardiovascular, acidente vascular cerebral [AVC], diabetes, cancro) (Sousa, Simões et al., 2014). De acordo com Nancy (2003) “*estima-se que 5% a 10% de todos os idosos tenham alguma perda de capacidade cognitiva, sendo que mais de metade dos idosos, com 80 ou mais anos de idade, apresentam algum grau de comprometimento cognitivo*” (como citado em Silva et al., 2017, pp. 2). De igual modo, o INE (2012) identifica que mais de 50% da população com 65 ou mais anos tem algum grau de dificuldade na execução das atividades de

vida diária. Similarmente, Oliveira e colaboradores (2010) discriminam que a população com 75 ou mais anos apresenta uma dependência funcional duas vezes superior por comparação aos restantes grupos etários, inclusive idades no espectro dos idosos. Estas vulnerabilidades que acompanham o envelhecimento podem pôr em causa a capacidade funcional, responsável por um funcionamento normativo, autónomo e independente do idoso, sendo que, de acordo com Marson e Hebert (2006), esta engloba quer atividades mais básicas e rotineiras do dia-a-dia (e.g., vestir-se, alimentar-se, tomar banho), quer atividades de vida mais complexas (e.g., tomada de decisão sobre os bens, toma de medicação).

Acerca da capacidade funcional, esta é concebida enquanto a capacidade para executar Atividades Básicas de Vida Diária (ABVD) e Atividades Instrumentais de Vida Diária (AIVD). De notar que estes construtos não são independentes, mas sim conceptualizados num continuum de funcionalidade, das atividades mais básicas às mais avançadas. As ABVD reportam-se às atividades rotineiras de autocuidado e alicerçam-se nos processos mnésicos e funções motoras mais básicas, sendo por isto denominadas como comportamentos mais automatizados que requerem menor atenção consciente, assim como são capacidades desenvolvidas precocemente na infância, permanecendo relativamente intactas até à idade adulta tardia. Já as AIVD remetem-se para atividades mais complexas e necessárias a um funcionamento independente, evocando um processamento controlado, memória procedimental e funções executivas, distinguindo-se das anteriores pelo grau de complexidade e exigência cognitiva, sendo mais vulneráveis ao declínio cognitivo. As AIVD são ainda subdivididas em dois grupos de atividades, as Familiares e as Avançadas. As AIVD-Familiares envolvem atividades orientadas para a manutenção de rotinas familiares, intrinsecamente associadas a papéis de género (e.g., lavar a roupa, preparar refeições). As AIVD-Avançadas englobam aptidões cognitivas de ordem superior, pelo que evocam maior carga e complexidade cognitiva (e.g., conduzir, gerir os bens e finanças, tomar decisões sobre a saúde) (Marson & Hebert, 2006; Sousa et al., 2010).

1.2. Capacidade financeira e capacidade testamentária

Entre as aptidões constituintes da capacidade funcional encontram-se a capacidade financeira e a capacidade testamentária, ambas consideradas atividades de vida diária de ordem superior/avançadas dada a complexidade do exercício cognitivo que exigem (Marson et al., 2000). A capacidade financeira é caracterizada por evocar aptidões conceptuais, pragmáticas e de julgamento, desde identificar o valor de moedas e contar dinheiro até atividades mais complexas, como pagar contas e administrar contas bancárias, por exemplo (Sousa et al., 2010). Para a operacionalização da capacidade financeira, Marson e colaboradores (2000) descreveram três níveis distintos, nomeadamente a capacidade financeira específica (tarefas, e.g., identificar o valor das moedas), as aptidões financeiras mais amplas (domínios, e.g., conhecimento conceptual financeiro) e a capacidade financeira global, em paralelo com a definição de três elementos fundamentais, nomeadamente o conhecimento declarativo (aptidão para descrever factos, conceitos e

situações relativas a atividades financeiras), o conhecimento procedimental (aptidões motoras básicas e rotinas) e o julgamento (aptidão para tomar decisões). Relativamente à capacidade testamentária, esta concebe-se enquanto capacidade de realizar um testamento válido, recorrendo a capacidades como compreensão e deliberação de reivindicações de beneficiários e natureza e extensão dos bens, por exemplo (Shulman et al., 2007, 2009; Slovenko, 2006). Para o efeito é imprescindível que o sujeito se encontre livre de qualquer condição mental que possa influenciar o julgamento e tomada de decisão, sendo que a capacidade testamentária evoca funções como a memória semântica, a abstração verbal, a compreensão, a linguagem e funções executivas (Sousa et al., 2010).

Dado o exposto até aqui, compreende-se que do decorrer do processo normativo do envelhecimento é comum que possa ocorrer algum decréscimo das funções cognitivas basilares (e.g., memória, atenção, capacidades sensoriais, percepção) e, também, de funções executivas mais complexas, pondo em risco capacidades essenciais para o funcionamento autónomo e independente do idoso, como é o caso da capacidade financeira, sendo esta considerada um preditor e um determinante da capacidade de o idoso viver sozinho/autonomamente (Marroni et al., 2017). O surgimento destas fragilidades não só põe em causa a independência do idoso, como remete para outra problemática, nomeadamente os maus-tratos à pessoa idosa, sendo mais propensos os idosos debilitados, quer fisicamente, quer cognitivamente (Amarante, 2018). Entre os vários tipos de abuso, encontra-se o abuso financeiro, que se concretiza com o impedimento ao idoso do uso e/ou controlo dos seus bens, uso abusivo e/ou não consentido dos seus bens por parte de outrem, exploração financeira, chantagem económica, roubo e uso indevido de tutela, guarda ou procuração (Amarante, 2018). A incapacidade ou prejuízos na capacidade financeira leva à necessidade de proteção a fim de evitar exploração ou outras situações abusivas como as elencadas acima (Hebert & Marson, 2007; Moye et al., 2005). O mesmo acontece para incapacidades ou prejuízos na capacidade testamentária, quer a nível cognitivo, quer de condições médicas que possam afetar o juízo, cognição e controlo de impulsos (Shulman et al., 2007). Mais ainda, a determinação de (in)capacidade testamentária deve ser sensível à personalidade e contextos (social, físico e situacional) do sujeito, a vontades distintas que tenham sido previamente registadas (O'Neill & Peisah, 2011) e a possíveis influências indevidas (Peisah et al., 2009; Peisah & Shulman, 2012). Quer isto dizer, é essencial uma identificação o mais abrangente possível das variáveis que possam interferir com um exercício pleno, consciente e independente da verdadeira vontade do sujeito, desprovedo-o de influências abusivas ou debilitantes da compreensão e discernimento dos seus atos na determinação e distribuição do seu património.

1.3. Capacidade financeira e testamentária no âmbito da psicologia forense

Referente às fragilidades enunciadas, observou-se ao longo dos anos uma evolução social que visou alertar para o desrespeito pela autonomia e direitos do adulto incapacitado, para a inadequação de soluções para o seu

acompanhamento e insuficiente proteção judicial, acusando/espeelhando um sistema desajustado e rígido, sem consideração pelas necessidades específicas destes indivíduos (CEJ, 2019). A par desta evolução, a legislação portuguesa atualmente prevê a proteção do idoso (ou pessoa dependente) no regime do Maior Acompanhado (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 49/2018, em vigor desde fevereiro de 2019¹). Este regime destina-se a maiores que, por razões de saúde, deficiência, ou pelo seu comportamento, se qualifiquem enquanto impossibilitados de exercer “*plena, pessoal e conscientemente*” os seus direitos e/ou deveres (art. 138º), podendo apenas ser decretado por decisão do tribunal (art. 139º). A implementação deste regime visa assegurar o bem-estar e pleno exercício de todos os direitos e deveres (art. 140º) e o acompanhamento limita-se apenas “*ao necessário*”, i.e., restringe-se em função do caso específico e das necessidades avaliadas (art. 145º), em contrapartida aos anteriores institutos (Interdição e Inabilitação, antigos artigos 138º e 152º, Código Civil) mais restritivos da liberdade e autonomia da pessoa dependente e com uma maior margem para perpetuação de abusos por parte dos cuidadores/responsáveis. Este novo regime baseia-se no lema “*proteger sem incapacitar*”, produto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), e defende uma avaliação funcional das capacidades e fragilidades da pessoa dependente, de modo a que o acompanhamento decretado seja em função das incapacidades detetadas, salvaguardando a dependência e autonomia nas capacidades preservadas, assim como um maior controlo de que os atos do acompanhante são em prol do beneficiário. Com isto procura-se defender os princípios sobre a proteção e apoio a pessoa idosa com incapacidade (Ribeiro, 2010), os quais ditam o respeito pela autodeterminação e livre desenvolvimento da personalidade e decisões pessoais, garantia do exercício dos direitos e igualdade de participação na vida social.

Uma vez que o regime do Maior Acompanhado põe em causa a determinação de capacidade e funcionamento normativo, torna-se necessário a avaliação destas capacidades como meio de prova pericial para a determinação da medida nestes processos. Para o efeito, estas avaliações baseiam-se progressivamente numa abordagem mais funcional (em contraponto à diagnóstica), que procura avaliar não só os prejuízos no funcionamento, mas também quais as capacidades preservadas, tendo por objetivo determinar com maior clareza e precisão quais os pontos fortes e quais as fragilidades no funcionamento do indivíduo, necessário para auxiliar a tomada de decisão do juiz na atribuição da melhor medida possível de intervenção face as especificidades do processo e evitar restrições indevidas à autonomia e independência. Nesta abordagem funcional procura-se unir as vantagens de um processo de avaliação (neuro)psicológica, que tem por base o recurso a testes psicométricos estandardizados que visam avaliar as funções cognitivas, emocionais, socio-afetivas e personalísticas; um exame estandardizado das aptidões funcionais com recurso a múltiplas fontes de informação; e recurso a instrumentos estandardizados específicos do âmbito

¹Substituindo os anteriores institutos de Interdição (antigo art. 139º do Código Civil) e Inabilitação (antigo art. 152º do Código Civil).

forense, preparados para providenciar informação especializada e orientada para as questões específicas colocadas pelo sistema legal português (Sousa, 2014).

Enquanto o conceito de “*capacidade*” é utilizado pelo contexto clínico e avaliado por profissionais de saúde, o conceito de “*competência*” é utilizado pelo contexto judicial, apenas decretado por um juiz. Entende-se por isto a necessidade de fornecer prova válida e qualificada sobre a capacidade funcional do indivíduo, prova esta fornecida pelos profissionais credenciados para o efeito, resultando numa complementaridade entre as diferentes provas providenciadas pelos diferentes profissionais. Entre as provas evocadas, está então a avaliação (neuro)psicológica, prova fornecida unicamente pelo psicólogo forense, que ao deter os conhecimentos e recursos necessários para proceder à avaliação (neuro)psicológica explanada acima contribui com as respostas necessárias sobre as áreas preservadas e as lesadas no funcionamento do sujeito, relevantes para o processo legal, auxiliando a tomada de decisão judicial. Assim, tem sido evidenciado o crescente relevo do papel do psicólogo forense no exercício de resposta a questões legais, com a passagem de um sistema focado no diagnóstico para um sistema de avaliação focado no espectro da funcionalidade. Para o efeito, torna-se urgente o desenvolvimento de instrumentos dirigidos ao exame das aptidões funcionais relevantes, nomeadamente da capacidade financeira e testamentária, ambas cruciais na avaliação de competência em tribunal, que em articulação com a avaliação cognitiva, emocional e personalística, auxilia à determinação da natureza dos défices de compreensão e tomada de decisão requeridos na determinação legal de competência (Simões, Sousa, Marques-Costa, et al., 2017). Contudo, a investigação neste campo e os instrumentos são ainda escassos, particularmente em Portugal, denunciando-se uma avaliação ainda precária e pouco rigorosa destas capacidades tão evocadas em contexto legal (Sousa, Simões et al., 2014). Relativamente à avaliação da capacidade funcional, tem-se observado um desenvolvimento crescente de estudos na área, resultando destes o Inventário de Avaliação Funcional de Adultos e Idosos (IAFAI; Sousa, Vilar, & Simões, 2013; Sousa et al., 2015), o qual permite uma avaliação do contínuo das atividades de vida diária e fornece várias medidas da incapacidade funcional, assim como identifica as suas causas (Simões, Sousa, Marques-Costa, et al., 2017). Porém, apesar deste instrumento contemplar um módulo que avalia a capacidade financeira, fá-lo de modo insuficiente para providenciar uma medida específica e abrangente da capacidade financeira. Nesse sentido, surge o desenvolvimento do Instrumento de Avaliação da Capacidade Financeira – IACFin, que passaremos a apresentar.

1.4. Instrumento de Avaliação da Capacidade Financeira (IACFin)

Compreendendo a importância de uma avaliação fidedigna, válida e estandardizada da capacidade financeira, pela frequência com que esta é evocada e debatida nos processos em contexto legal sobre a (in)capacidade funcional e (in)competência, é com a intenção de dar resposta a esta lacuna que é criado e desenvolvido o Instrumento de Avaliação da Capacidade

Financeira – IACFin (Sousa et al., 2013). Como o nome indica, o IACFin é um instrumento português específico do contexto forense para a avaliação estruturada e estandardizada da capacidade financeira, baseado numa abordagem funcional e orientado para dar resposta às questões específicas do sistema legal português no âmbito dos processos de Maior Acompanhado (Sousa, Vilar, et al., 2014²). É possível extrair dos dados obtidos informação acerca das aptidões funcionais de natureza financeira, a qual deve ser integrada num contexto compreensivo que interprete e avalie a informação recolhida juntamente com os dados contextuais do caso, a observação do comportamento, os motivos do pedido de avaliação e informações colaterais, não esquecendo que também deve estar integrado num protocolo de avaliação extensivo que contemple a história médica (atual e prévia), a história de vida e o contexto psicossocial. Quer isto dizer, que não só se deve extrair informações dos dados quantitativos, mas também dos aspetos qualitativos recolhidos da informação disponível (Sousa, Vilar, Firmino et al., 2013), pelo que deve procurar elaborar-se um protocolo integrativo e exaustivo da avaliação. No Anexo A está disponível um quadro concetual de referência na avaliação da capacidade (cf. Sousa, 2014) e no Anexo B uma sugestão de protocolo de avaliação neuropsicológica, centrado em testes psicométricos e fortemente estandardizado (cf. Sousa et al., 2019).

O IACFin avalia objetivamente as aptidões financeiras através de procedimentos estandardizados definidos no seu manual. É composto por três módulos (Anexo C), nomeadamente um primeiro módulo de Rastreio, seguido do módulo Aptidões Financeira Gerais, e por último o módulo Disposição de Património. O módulo Rastreio, que contempla os domínios *Orientação, Rastreio sensorial, Rastreio motor, Atenção e consciência, Linguagem*, tem por objetivo “*determinar aspetos importantes do funcionamento cognitivo*” (Sousa, Vilar, Firmino, et al., 2013, p. 11) que irá determinar a administração dos módulos seguintes ou necessidade de alterações ao procedimento avaliativo. O módulo Aptidões Financeiras Gerais engloba os domínios *Valores e preferências, Aptidões monetárias básicas, Compras, Pagamento de contas, Negócio bancário, Tomada de decisão, Avaliação do risco de crime patrimonial e Instrumentos de suprimento da vontade*, focando-se em domínios sobre as aptidões financeiras específicas, recorrendo a tarefas de natureza declarativa e de natureza procedimental. Por fim, o módulo Disposição de Património inclui os domínios *Determinação do património, Doações e Testamentos*, caracterizado enquanto “*um complemento à determinação da capacidade financeira incluindo tarefas para a avaliação de aptidões financeiras especificamente envolvidas na disposição do património, quer na forma de doação, quer na forma de testamento*” (Sousa, Vilar, Firmino, et al., 2013, p. 11).

O presente trabalho advém do objetivo de dar continuidade aos estudos desenvolvidos por Sousa e colaboradores (2014) e, particularmente, aos estudos de Cesário (2013) e aos de Barata (2020), os quais procuraram estabelecer indicadores de fidedignidade e de validade do IACFin a fim de

² À data do estudo, vigoravam os institutos de Interdição (antigo art. 139º do Código Civil) e Inabilitação (antigo art. 152º do Código Civil).

testar a sua robustez psicométrica e validar a sua aplicação em contextos de avaliação, nomeadamente em contexto forense, em Portugal. Estes esforços contribuíram para uma tarefa ainda em desenvolvimento, sendo o intuito da presente investigação cooperar para os estudos de validação do IACFin, uma vez que se tem revelado um instrumento promissor e com evidências de adequada robustez psicométrica. Encontra-se disponível no Anexo D uma tabela resumo com os principais dados psicométricos já disponíveis dos referidos estudos de Cesário (2013) e Barata (2020).

II - Objetivos

A presente investigação tem dois objetivos principais, nomeadamente realizar um estudo exploratório de validação do IACFin, focando-se na análise das características psicométricas deste instrumento e atualizar as linhas orientadoras dos estudos anteriormente realizados. Especificamente, será analisada a associação e a influência das variáveis sociodemográficas (sexo, idade e escolaridade) e a respetiva magnitude do efeito. Será também explorada a associação e influência, e respetiva magnitude, do funcionamento cognitivo na capacidade financeira. Seguidamente, serão testados modelos de Regressão Linear Múltipla considerando os fatores/variáveis que influenciam os resultados do IACFin. Em sequência, serão estabelecidos parâmetros normativos (exploratórios), no sentido de contribuir para a construção de um referencial normativo do IACFin para a população portuguesa de adultos e adultos idosos.

III - Metodologia

3.1. Amostra

Dada as limitações impostas à data do desenvolvimento da presente investigação (pandemia Covid-19), nomeadamente restrições ao contacto social e recurso a amostras consideradas de risco (idosos), para o presente estudo foi recolhida, dentro das contingências, uma amostra de conveniência (N=24) no contexto comunitário das investigadoras envolvidas no estudo, a qual foi complementada com as amostras recolhidas/sistematizadas em estudos prévios no âmbito do projeto mais amplo de desenvolvimento e validação do IACFin (cf. Barata, 2020; Cesário, 2013; Sousa, 2014). A amostra global é constituída por 118 sujeitos, maioritariamente do sexo feminino (78.8%). As idades dos participantes estão compreendidas entre os 36 e os 88 anos (M=66.19; DP=9.571). A escolaridade varia entre 1 e 17 anos (M=8.48; DP=5.142).

Os sujeitos foram distribuídos em grupo normativo e grupo clínico, consoante a pontuação obtida no ACE-R. Agruparam-se na categoria “clínico” os indivíduos que pontuaram, pelo menos, 1.5 desvio-padrão abaixo da média, considerando as normas de referência por idade e escolaridade. Foi ainda estabelecida uma divisão entre “adultos”, sujeitos com idade inferior a 65 anos, e “idosos”, com 65 ou mais anos, e escolaridade “até 4º ano” e “mais que 4º ano”, para efeitos de otimização das análises, considerando as características da amostra (cf. Tabela 1).

Tabela 1. Características sociodemográficas da amostra total (N=118)

Variáveis		N (%)	M (DP)	Min-Máx
Sexo	Masculino	25 (21.2%)		
	Feminino	93 (78.8%)		
Idade	- 60	23 (19.5%)		
	60-64	28 (23.7%)		
	64-69	23 (19.5%)	66.19 (9.571)	36 - 88
	70-74	25 (21.2%)		
	+ 75	19 (16.0%)		
Grupo de Idade	Adulto	51 (43.2%)		
	Idoso	67 (56.8%)		
Anos de escolaridade			8.48 (5.142)	1 - 17
Escolaridade	- 4	51 (43.2%)		
	5-9	22 (18.6%)		
	10-12	19 (16.1%)		
	+12	26 (22.0%)		
Grupo Escolar	≤ 4º ano	51 (43.2%)		
	> 4º ano	67 (56.8%)		
Reforma	Sim	88 (74.6)		
	Não	30 (25.4)		
Grupo Controlo/Clinico	Normativo	96 (81.4)		
	Clinico	22 (18.6)		

3.2. Instrumentos

O protocolo de avaliação aplicado contou com um primeiro momento de esclarecimento dos objetivos e obtenção do consentimento informado e recolha de informação sociodemográfica/clínica através de um guião de entrevista semiestruturada. De seguida foram administrados quatro instrumentos que visaram a avaliação de diferentes domínios do funcionamento, nomeadamente, um instrumento de rastreio cognitivo, um instrumento de rastreio de sintomatologia depressiva, um instrumento de avaliação da capacidade funcional e, por fim, um instrumento de avaliação da capacidade financeira. Os instrumentos utilizados apresentam-se em seguida.

Exame Cognitivo de Addenbroke – Revisto (ACE-R; *Addenbrooke's Cognitive Examination – Revised*; Hodge & Mioshi, 2005; versão portuguesa: Firmino et al., 2008, 2017; Simões et al., 2011, 2015):

Consiste num instrumento breve de rastreio cognitivo que avalia cinco domínios de funcionamento neurocognitivo, nomeadamente *Atenção e Orientação, Memória, Funções Executivas, Linguagem e Visuo-espacial*. Pontuações elevadas traduzem um melhor nível de funcionamento cognitivo, podendo atingir um máximo de 100 pontos. Adicionalmente, este instrumento permite a obtenção do cálculo derivado do *Mini Mental State Examination* (MMSE), num máximo de 30 pontos.

Escala de Depressão Geriátrica (GDS-30; *Geriatric Depression Scale – 30 Item*; Yesavage et al., 1983; versão portuguesa: Barreto et al., 2008;

Simões et al., 2010; Simões, Sousa, Vilar, et al., 2017):

Esta é uma escala especificamente desenvolvida para a população geriátrica e tem por objetivo a avaliação da presença (ou não) de sintomas afetivos e comportamentais da depressão, reportando-se à manifestação destes sintomas na semana anterior à avaliação. Constituída por um total de 30 itens, num formato de resposta dicotómica (sim/não), o resultado obtido equivale ao número de itens cotados (1 ponto) no sentido da presença de sintomatologia depressiva. A escala de resultados discrimina três classificações para as pontuações obtidas: 0-10 pontos indica ausência de sintomatologia depressiva; 11-20 pontos indica presença de sintomatologia depressiva ligeira; e 21-30 pontos indica presença de sintomatologia depressiva severa.

Inventário de Avaliação Funcional de Adultos e Idosos (IAFAI; Sousa, Vilar, & Simões, 2013; Sousa et al., 2015).

Este instrumento visa o exame funcional de adultos e idosos, tendo sido desenvolvido com base num modelo conceptual de Atividade de Vida Diária e no modelo biopsicossocial da Classificação Internacional de Funcionalidade. É administrado em formato de entrevista estruturada, em que as atividades de vida diária contempladas são avaliadas quanto à sua realização de forma (in)dependente ou presença de dificuldade na sua realização independente. É também registado se as dificuldades evocadas se devem a fatores cognitivos (e.g., dificuldades mnésicas), a fatores emocionais (e.g., sintomas depressivos) ou a fatores físicos (e.g., problemas motores), assim como assinalados os facilitadores (incrementa a funcionalidade e reduz a incapacidade) e/ou barreiras (limita a funcionalidade e indutor de incapacidade) à realização de cada uma das atividades. O instrumento é composto por três módulos (ABVD, AIVD-F e AIVD-A), num total de 50 itens (cotados com 0-1). São obtidos valores percentuais indicadores da percentagem de incapacidade funcional global e da incapacidade funcional nas ABVD, nas AIBD-F e nas AIVD-A, assim como para a natureza da incapacidade (física, cognitiva e emocional). Sempre que possível, é também administrado a um cuidador ou informador, fornecendo uma medida de informação colateral sobre a capacidade funcional do examinando.

Instrumento de Avaliação da Capacidade Financeira (IACFin; Sousa, Vilar, Firmino et al., 2013).

Como referido anteriormente (cf. Ponto 1.4. Instrumento de Avaliação da Capacidade Financeira, IACFin), o IACFin destina-se à avaliação estruturada e estandardizada das aptidões funcionais subjacentes à capacidade financeira, incluindo um módulo especificamente vocacionado para a capacidade testamentária. Tendo sido um instrumento desenvolvido no âmbito forense, este procura fornecer respostas sobre as aptidões financeiras do avaliando, que sejam relevantes para as questões legais, provendo informação sobre as áreas/domínios afetados e as áreas/domínios preservados do funcionamento em termos de capacidade financeira. Este instrumento permite, especificamente, a avaliação objetiva e quantificada das aptidões financeiras gerais e da disposição do património (cf. Anexo C, para detalhe dos módulos, domínios e itens constituintes). Permite obter indicadores de capacidade referentes às aptidões financeiras gerais (i.e. capacidade

financeira) e à disposição de património (i.e. capacidade testamentária). Quanto maior a pontuação obtida, maior é a capacidade financeira.

3.3. Procedimentos

Para a concretização do presente estudo foi utilizada uma amostra de conveniência já recolhida para estudos anteriores (cf. Barata, 2019; Cesário, 2013; Sousa, 2014), à qual foi adicionada uma amostra recolhida no presente ano. A seleção e recrutamento dos participantes da última recolha foi efetuada na comunidade, por contacto direto de familiares e conhecidos das investigadoras responsáveis, dada a situação pandémica (Covid-19) e as restrições no acesso/contacto à população mais idosa, considerada de maior risco. Foi usado o método “bola de neve”, para potenciar a divulgação do estudo e acesso a participantes. A avaliação decorreu, maioritariamente, nos domicílios das investigadoras e nos domicílios dos participantes, sendo que foram priorizados e garantidos, tanto quanto possível, ambientes devidamente acondicionados para a situação de avaliação (i.e., espaços confortáveis e organizados, desprovidos de elementos distratores, calmos, boa iluminação).

Após a explicação do estudo e seus objetivos, foi efetuada a leitura e assinatura do consentimento informado. Procedeu-se, em continuidade, à recolha de informação de natureza sociodemográfica, familiar e clínica, com base no guião de entrevista semiestruturada. O protocolo de avaliação administrado seguiu a seguinte ordem: Exame Cognitivo de Addenbrooke – Revisto (*Addenbrooke Cognitive Examination – Revised*; ACE-R), Escala de Depressão Geriátrica (*Geriatric Depression Scale – 30*; GDS-30), Inventário de Avaliação Funcional de Adultos e Idosos (IAFAI) e Instrumento de Avaliação da Capacidade Financeira (IACFin), sendo aplicado em sessão única de aproximadamente 2h de duração. Foram considerados como critérios de exclusão da amostra a presença de “sintomatologia depressiva severa” na GDS-30 e analfabetismo.

3.4. Análise de dados

Para a presente dissertação, realizou-se o tratamento estatístico dos dados através do programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS – versão 20). A caracterização da amostra quanto às variáveis sócio-demográficas foi efetuada através de estatísticas descritivas (frequências, médias, desvios-padrão, amplitude/mínimo e máximo). A associação entre variáveis foi explorada com recurso a correlações de Pearson. Teve-se por base a proposta de Pestana e Gageiro (2008) para a magnitude das correlações, a qual identifica valores <0.2 enquanto correlação muito baixa, entre 0.2 e 0.39 correlação baixa, entre 0.4 e 0.69 correlação moderada, entre 0.7 e 0.89 correlação alta e valores entre 0.9 e 1 enquanto correlação muito alta.

Foi utilizado o teste t de Student para amostras independentes e/ou a ANOVA (com *post hoc* Teste de Scheffé) com o intuito de averiguar a existência de diferenças estatisticamente significativas entre grupos. Para a magnitude de efeito das variáveis considerou-se o eta quadrado (*partial eta-squared value*/ η^2) (valores de 0.01, 0.06, e 0.14 considerados de efeito/impacto pequeno, médio e grande, respetivamente) e o *d* de Cohen (valores 0.20, 0.50 e 0.80 considerados de efeito/impacto *pequeno, moderado*

e *grande*, respetivamente; Cohen, 1988). Foram testados modelos de Regressão Linear Múltipla (método enter) para averiguar a influência das variáveis sociodemográficas e dos parâmetros de funcionamento cognitivo nos resultados do IACFin. Para a significância estatística adotou-se o valor $p < 0.05$ (Marôco, 2014).

IV - Resultados

4.1. Efeito das variáveis sociodemográficas

Sexo

Observa-se uma diferença estatisticamente significativa entre o sexo masculino e o sexo feminino circunscrita ao domínio Pagamento de contas ($p < .05$), traduzindo uma tendência para um melhor desempenho neste domínio por parte dos homens (cf. Tabela 2). Através da obtenção do d de Cohen observa-se um tamanho moderado de efeito no domínio Pagamento de contas ($d = 0.69$) (cf. Tabela 2).

Tabela 2. IACFin: comparação entre o sexo masculino e o sexo feminino

	Homens	Mulheres	t	d
	(N=25)	(N=93)		
	M (Dp)	M (Dp)		
Aptidões monetárias	5.20 (1.000)	4.86 (1.457)	1.097	0.27
Compras	7.88 (2.113)	7.78 (2.192)	0.194	0.05
Pagamento de contas	10.66 (1.730)	9.31 (2.166)	2.884**	0.69
Negócio bancário	10.92 (2.860)	10.22 (4.504)	0.955	0.19
Tomada de decisão	3.56 (0.712)	3.25 (0.985)	1.484	0.36
Avaliação do risco	4.58 (0.909)	4.58 (1.277)	0.017	0
Instrumentos	2.52 (0.995)	2.25 (0.996)	1.215	0.27
Determinação do património	3.76 (0.523)	3.62 (0.509)	1.182	0.27
Doações	1.72 (0.936)	1.33 (1.044)	1.702	0.39
Testamentos	2.98 (1.094)	2.94 (1.002)	0.170	0.04
Módulo II	45.66 (7.205)	42.31 (10.370)	1.517	0.38
Módulo III	8.46 (1.761)	7.89 (1.553)	1.576	0.34

** A diferença é significativa no nível 0.01.

Idade

Uma análise da associação entre os domínios do IACFin e a idade (cf. Anexo E) corrobora que a idade está negativa e estatisticamente associada com diversos domínios da capacidade financeira, nomeadamente: correlações baixas com Compras ($r = -.348$, $p < .01$), Pagamento de contas ($r = -.317$, $p < .01$), Negócio bancário ($r = -.351$, $p < .01$), Tomada de decisão ($r = -.286$, $p < .01$), Determinação do património ($r = -.251$, $p < .01$), e módulo III ($r = -.274$, $p < .01$); correlações moderadas com Aptidões monetárias ($r = -.405$, $p < .01$) e módulo II ($r = -.408$, $p < .01$). Traduz, assim, resultados mais baixos nos indicadores de capacidade financeira quanto mais avançada for a idade.

Foram analisadas as diferenças entre as faixas etárias “menos de 60

anos”, “60 a 64 anos”, “65 a 69 anos”, “70 a 74 anos” e “75 anos ou mais” (cf. Tabela 3).

Tabela 3. IACFin: comparação entre as faixas etárias

	- 60 (N=23)	60-64 (N=28)	65-69 (N=23)	70-74 (N=25)	+ 75 (N=19)	F	η^2
	M (Dp)	M (Dp)	M (Dp)	M (Dp)	M (Dp)		
Aptidões monetárias	5.35 (1.191)	5.43 (0.879)	5.17 (1.114)	4.64 (1.381)	3.79 (1.782)	6.069***	0.18
Compras	8.76 (1.507)	7.88 (2.084)	8.26 (2.397)	7.20 (1.665)	6.79 (2.735)	3.121*	0.10
Pagamento de contas	10.07 (1.464)	10.29 (1.787)	9.65 (2.008)	9.20 (2.203)	8.45 (2.920)	2.724*	0.09
Negócio bancário	11.09 (3.945)	12.14 (3.132)	11.48 (4.236)	8.58 (4.089)	7.87 (4.358)	5.294***	0.16
Tomada de decisão	3.61 (0.656)	3.46 (0.793)	3.43 (0.662)	3.08 (1.038)	2.89 (1.370)	2.265	0.07
Avaliação do risco	5.02 (0.715)	4.30 (1.356)	4.57 (1.334)	4.56 (1.379)	4.47 (0.979)	1.189	0.04
Instrumentos	2.26 (1.137)	2.43 (0.997)	2.54 (1.010)	2.24 (0.926)	1.97 (0.889)	0.997	0.03
Determinação do património	3.83 (0.491)	3.68 (0.548)	3.70 (0.470)	3.56 (0.507)	3.47 (0.513)	1.526	0.05
Doações	1.57 (0.843)	1.68 (1.188)	1.30 (0.974)	1.22 (1.119)	1.21 (0.918)	1.058	0.04
Testamentos	3.17 (1.018)	2.98 (0.787)	3.09 (1.007)	2.86 (1.026)	2.58 (1.283)	1.072	0.04
Módulo II	46.15 (8.095)	46.21 (7.773)	45.20 (9.728)	39.56 (8.142)	36.45 (12.637)	5.110***	0.15
Módulo III	8.57 (1.317)	8.34 (1.661)	8.09 (1.419)	7.64 (1.604)	7.26 (1.821)	2.463*	0.08

* A diferença é significativa no nível 0.05.

** A diferença é significativa no nível 0.01.

*** A diferença é significativa no nível 0.001.

Foram identificadas diferenças estatisticamente significativas entre os grupos de idade para os domínios Aptidões monetárias ($p<.001$), Compras ($p<.05$), Pagamento de contas ($p<.05$), Negócio bancário ($p<.01$) e para os módulos II - Aptidões Financeiras Gerais ($p<.01$) e III - Disposição do Património ($p<.05$) (cf. Tabela 3). O cálculo da magnitude do efeito (eta quadrado) revelou um tamanho de efeito médio nos domínios Compras ($\eta^2=0.10$), Pagamento de contas ($\eta^2=0.09$) e no módulo III ($\eta^2=0.08$), e um tamanho de efeito grande nos domínios Aptidões monetárias ($\eta^2=0.18$), Negócio bancário ($\eta^2=0.16$) e no módulo II ($\eta^2=0.15$).

A análise de comparações múltiplas através de testes Post Hoc é apresentada no Anexo F. A diferenciação dominante observada sustenta a contração das faixas etárias numa dicotomização da variável idade. Assim, na prossecução da análise comparou-se o grupo “adultos” (inferior a 65 anos) e

o grupo “idosos” (igual ou superior a 65 anos). Os resultados indicam que existem diferenças estatisticamente significativas entre os grupos Adultos e Idosos nos domínios Aptidões monetárias ($p<.01$), Compras ($p<.05$), Pagamento de contas ($p<.01$), Negócio bancário ($p<.01$), Tomada de decisão ($p<.05$), Doações ($p<.05$) e no total dos módulos II ($p<.01$) e III ($p<.05$) (cf. Tabela 4). Os dados obtidos identificam um pior desempenho nos sujeitos idosos comparativamente aos sujeitos adultos. O cálculo da magnitude do efeito (d de Cohen) revelou um tamanho moderado do efeito nos domínios Aptidões financeiras ($d=0.63$), Pagamento de contas ($d=0.51$), Negócio bancário ($d=0.57$) Tomada de decisão ($d=0.42$), e no módulo III ($d=0.48$) e no módulo II ($d=0.60$), e um tamanho pequeno do efeito nos domínios Compras ($d=0.39$) e Doações ($d=0.37$) (cf. Tabela 4).

Tabela 4. IACFin: comparação entre o grupo Adultos e o grupo Idosos

	Adultos (N=51)	Idosos (N=67)	t	d
	M (Dp)	M (Dp)		
Aptidões monetárias	5.39 (1.021)	4.58 (1.509)	3.472***	0.63
Compras	8.27 (1.882)	7.45 (2.311)	2.082*	0.39
Pagamento de contas	10.19 (1.637)	9.14 (2.380)	2.686**	0.51
Negócio bancário	11.67 (3.525)	9.37 (4.436)	3.129**	0.57
Tomada de decisão	3.53 (0.731)	3.15 (1.048)	2.212*	0.42
Avaliação do risco	4.63 (1.161)	4.54 (1.244)	0.401	0.10
Instrumentos	2.35 (1.055)	2.27 (0.959)	0.453	0.10
Determinação do património	3.75 (0.523)	3.58 (0.497)	1.713	0.33
Doações	1.63 (1.038)	1.25 (1.001)	2.016*	0.37
Testamentos	3.07 (0.895)	2.86 (1.100)	1.114	0.21
Módulo II	46.19 (7.840)	40.61 (10.580)	3.287***	0.60
Módulo III	8.44 (1.505)	7.69 (1.619)	2.585*	0.48

* A diferença é significativa no nível 0.05.

** A diferença é significativa no nível 0.01.

*** A diferença é significativa no nível 0.001.

Escolaridade

A análise da associação/correlação entre os domínios do IACFin e o contínuo dos anos de escolaridade dos sujeitos, através de correlações de Pearson (cf. Anexo E), corrobora que a escolaridade está positiva e significativamente correlacionada com diversos domínios da capacidade financeira, nomeadamente: correlações baixas com os domínios Compras ($r=.337$, $p<.01$), Tomada de decisão ($r=.359$, $p<.01$), Doações ($r=.318$, $p<.01$), e módulo III ($r=.330$, $p<.01$); correlações moderadas com os domínios Aptidões monetárias ($r=.500$, $p<.01$), Pagamento de contas ($r=.416$, $p<.01$), Negócio bancário ($r=.614$, $p<.01$), Instrumentos ($r=.452$, $p<.01$) e módulo II ($r=.601$, $p<.01$). Estes dados indicam que quanto mais elevada a escolaridade, melhor o desempenho nestes domínios da capacidade financeira.

A amostra foi agrupada em 4 grupos de escolaridade (cf. Tabela 5), nomeadamente “menos de 4 anos”, entre “5-9 anos”, entre “10-12 anos” e

“mais de 12 anos” de escolaridade, a fim de compreender a influência desta variável.

Tabela 5. IACFin: comparação entre níveis de escolaridade

	- 4 (N=51)	5-9 (N=22)	10-12 (N=19)	12 + (N=26)	F	η^2
	M (Dp)	M (Dp)	M (Dp)	M (Dp)		
Aptidões monetárias	4.14 (1.523)	5.32 (0.995)	5.58 (0.838)	5.69 (0,736)	13.634***	0.26
Compras	6.94 (2.244)	8.07 (2.078)	8.68 (1.858)	8.63 (1,706)	5.744***	0.13
Pagamento de contas	8.43 (2.135)	10.39 (1.725)	10.71 (1.575)	10.38 (1.807)	11.186***	0.23
Negócio bancário	7.16 (3.399)	12.09 (3.096)	13.45 (3.399)	12.94 (2.380)	31.771***	0.46
Tomada de decisão	2.88 (1.089)	3.59 (0.666)	3.68 (0.749)	3.65 (0.562)	7.370***	0.16
Avaliação do risco	4.44 (1.125)	4.70 (0.996)	4.89 (1.197)	4.50 (1.503)	0.770	0.02
Instrumentos	1.81 (0.910)	2.55 (1.057)	2.61 (0.719)	2.85 (0.881)	9.299***	0.20
Determinação do património	3.69 (0.469)	3.59 (0.590)	3.47 (0.612)	3.77 (0.430)	1.414	0.04
Doações	1.12 (1.013)	1.27 (0.883)	1.71 (0.990)	1.88 (1.033)	4.190**	0.10
Testamentos	2.78 (1.055)	2.91 (0.868)	3.05 (1.290)	3.23 (0.803)	1.192	0.03
Módulo II	35.78 (8.837)	46.70 (6.952)	49.92 (7.142)	49.06 (5.298)	28.018***	0.42
Módulo III	7.59 (1.728)	7.77 (1.360)	8.24 (1.513)	8.88 (1.299)	4.363**	0.10

** A diferença é significativa no nível 0.01.

*** A diferença é significativa no nível 0.001.

Dos dados obtidos observou-se diferenças estatisticamente significativas nos domínios Aptidões monetárias ($p < .001$), Compras ($p < .01$), Pagamento de contas ($p < .001$), Negócio bancário ($p < .001$), Tomada de decisão ($p < .001$), Instrumentos ($p < .001$), Doações ($p < .01$), e nos módulos II ($p < .001$) e III ($p < .01$) (cf. Tabela 5). O cálculo da magnitude do efeito (eta quadrado) revelou um tamanho de efeito grande nos domínios Aptidões monetárias ($\eta^2 = 0.26$), Pagamento de contas ($\eta^2 = 0.23$), Negócio bancário ($\eta^2 = 0.46$), Tomada de decisão ($\eta^2 = 0.16$), Instrumentos ($\eta^2 = 0.20$) e no módulo II ($\eta^2 = 0.42$), e um tamanho de efeito médio nos domínios Compras ($\eta^2 = 0.13$), Doações ($\eta^2 = 0.10$) e módulo III ($\eta^2 = 0.10$).

Na análise de testes Post Hoc (cf. Anexo G), as diferenças encontradas seguem um padrão dominante que sugere a viabilidade de considerar apenas duas categorias para a variável idade, pelo que procedemos à contração da

escolaridade em dois grupos, nomeadamente o grupo com escolaridade “até ao 4º ano” e o grupo “mais de 4º ano” de escolaridade.

Dos dados obtidos é possível observar diferenças estatisticamente significativas entre estes dois grupos nos domínios Aptidões monetárias ($p<.001$), Compras ($p<.001$), Pagamento de contas ($p<.001$), Negócio bancário ($p<.001$), Tomada de decisão ($p<.001$), Instrumentos ($p<.001$), Doações ($p<.01$), e nos módulos II ($p<.001$) e III ($p<.05$) (cf. Tabela 6). Os dados revelam que uma maior escolaridade se associa a melhores desempenhos nos referidos domínios de capacidade financeira. Apenas nos domínios Avaliação do risco, Determinação do património e Testamentos não se observaram diferenças com significado estatístico entre os dois grupos escolares. Os dados apontam para uma magnitude de efeito grande nos domínios Aptidões monetárias ($d=1.13$), Pagamento de contas ($d=1.06$), Negócio bancário ($d=1.78$), Tomada de decisão ($d=0.85$), Instrumentos ($d=0.96$) e no módulo II ($d=1.65$), e um tamanho de efeito moderado nos domínios Compras ($d=0.74$), Doações ($d=0.51$) e no módulo III ($d=0.47$) (cf. Tabela 6).

Tabela 6. IACFin: comparação entre os grupos de escolaridade

	Até 4º ano	Mais 4º ano	t	d
	(N=51)	(N=67)		
	M (Dp)	M (Dp)		
Aptidões monetárias	4.14 (1.523)	5.54 (0.859)	-5.890***	1.13
Compras	6.94 (2.244)	8.46 (1.869)	-4.015***	0.74
Pagamento de contas	8.43 (2.135)	10.48 (1.698)	-5.799***	1.06
Negócio bancário	7.16 (3.399)	12.81 (2.940)	-9.662***	1.78
Tomada de decisão	2.88 (1.089)	3.64 (0.644)	-4.425***	0.85
Avaliação do risco	4.44 (1.125)	4.68 (1.260)	-1.063	0.20
Instrumentos	1.81 (0.911)	2.68 (0.899)	-5.150***	0.96
Determinação do património	3.69 (0.469)	3.63 (0.546)	0.622	0.12
Doações	1.12 (1.013)	1.63 (0.995)	-2.773**	0.51
Testamentos	2.78 (1.055)	3.07 (0.978)	-1.544	0.29
Módulo II	35.78 (8.837)	48.53 (6.457)	-8.685***	1.65
Módulo III	7.59 (1.728)	8.34 (1.442)	-2.560*	0.47

* A diferença é significativa no nível 0.05.

** A diferença é significativa no nível 0.01.

*** A diferença é significativa no nível 0.001.

Funcionamento cognitivo

Com o intuito de analisar a associação entre o funcionamento cognitivo e a capacidade financeira, calculou-se o coeficiente de correlação de Pearson entre os domínios e módulos do IACFin com os domínios cognitivos do instrumento de avaliação neuropsicológica ACE-R (Anexo H). No que concerne ao funcionamento cognitivo, o coeficiente de correlação significativo mais elevado observado foi entre o módulo II (Aptidões Financeiras Gerais) e o Total do ACE-R ($r=.751$, $p<.001$), associando um melhor funcionamento cognitivo global a uma melhor capacidade financeira geral. Encontram-se ainda outras associações positivas e com significado

Avaliação da Capacidade Financeira: Contributos para a normalização do Instrumento de Avaliação da Capacidade Financeira (IACFin) na população portuguesa.
 Maria Inês Pina Fernandes (e-mail: maria_pfernandes@outlook.com) 2021

estatístico, que passamos a expor. Na pontuação total do ACE-R observam-se correlações positivas que variam entre $r=.751$ ($p<.001$; módulo II) e $r=.297$ ($p<.01$; domínio Avaliação do risco). Com o domínio Atenção e Orientação, encontram-se correlações positivas que variam entre $r=.217$ ($p<.05$; domínio Testamentos) e $r=.673$ ($p<.001$; módulo II). Relativo ao domínio Memória, são observadas correlações que variam entre $r=.300$ ($p<.01$; domínio Instrumentos) e $r=.720$ ($p<.001$; módulo II). No domínio Fluência, as correlações observadas variam entre $r=.227$ ($p<.05$; domínio Doações) e $r=.664$ ($p<.001$; módulo II). No domínio Linguagem, as correlações encontradas variam entre $r=.182$ ($p<.05$; domínio Determinação do património) e $r=.718$ ($p<.001$; módulo II). Relativamente ao domínio Visuo-espacial, observam-se correlações entre $r=.208$ ($p<.05$; domínio Avaliação do risco) e $r=.558$ ($p<.001$; módulo II). No resultado derivado do *Mini Mental State Examination*, observam-se correlações positivas entre $r=.230$ ($p<.05$; domínio Doações) e $r=.421$ ($p<.001$; módulo II).

Com o objetivo de observar a diferença nos desempenhos entre o grupo normativo e o grupo clínico com declínio cognitivo, procedeu-se à sua comparação. É possível observar diferenças estatisticamente significativas entre os grupos para os domínios Aptidões monetárias ($p<.001$), Compras ($p<.001$), Negócio bancário ($p<.001$), Tomada de decisão ($p<.01$), Avaliação do risco ($p<.05$), Doações ($p<.01$), Testamentos ($p<.05$) e nos módulos II ($p<.01$) e III ($p<.01$), com desempenhos superiores no grupo normativo comparativamente ao grupo clínico com declínio no funcionamento cognitivo (cf. Tabela 7). Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas nos domínios Instrumentos e Determinação do património (cf. Tabela 7). O cálculo da magnitude do efeito (d de Cohen) revelou um tamanho grande de efeito nos domínios Compras ($d=1.09$), Negócio bancário ($d=0.86$) e nos módulos II ($d=0.98$) e III ($d=0.84$), e um efeito moderado nos domínios Aptidões monetárias ($d=0.79$), Tomada de decisão ($d=0.66$), Avaliação do risco ($d=0.56$), Doações ($d=0.76$) e Testamentos ($d=0.45$) (cf. Tabela 7).

Tabela 7. IACFin: comparação entre os grupos normativo e clínico

	Normativo (N=96)	Clínico (N=22)	t	d
	M(Dp)	M(Dp)		
Aptidões monetárias	5.15 (1.214)	4.00 (1.662)	3.711***	0.79
Compras	8.23 (1.906)	5.93 (2.285)	4.921***	1.09
Pagamento de contas	9.82 (1.891)	8.61 (2.878)	1.872	0.50
Negócio bancário	11.02 (3.951)	7.52 (4.202)	3.696***	0.86
Tomada de decisão	3.44 (0.843)	2.77 (1.152)	3.100**	0.66
Avaliação do risco	4.69 (1.226)	4.07 (0.980)	2.230*	0.56
Instrumentos	2.36 (0.999)	2.07 (0.980)	1.237	0.29
Determinação do património	3.66 (0.499)	3.64 (0.581)	0.163	0.04
Doações	1.55 (1.013)	0.82 (0.907)	3.099**	0.76
Testamentos	3.04 (0.951)	2.55 (1.214)	2.092*	0.45
Módulo II	44.86 (8.525)	34.98 (11.354)	3.844***	0.98

Módulo III	8.24 (1.578)	7.00 (1.354)	3.420***	0.84
------------	--------------	--------------	----------	------

* A diferença é significativa no nível 0.05.

** A diferença é significativa no nível 0.01.

*** A diferença é significativa no nível 0.001.

4.2. Modelo(s) preditivo(s) dos resultados no IACFin

Da análise da regressão linear (cf. Tabela 8) resultou um modelo estatisticamente significativo [$F_{(2,115)}=44.298$; $p<.001$; $R^2\text{Adj} = 0.425$], em que a escolaridade ($\beta = 0.534$; $t = 7.395$; $p<.001$) e a idade ($\beta = -0.280$; $t = -3.878$; $p<.001$) são variáveis preditoras estatisticamente significativas do resultado da capacidade financeira (módulo II, aptidões financeiras gerais). Efetivamente, a escolaridade e a idade são conjuntamente responsáveis por explicar, aproximadamente, 42.5% da variância dos resultados no IACFin.

Tabela 8. IACFin: Módulo II (Aptidões Financeiras Gerais) – Regressão com variáveis demográficas (escolaridade e idade)

	β	t	R^2 Adj	F
Anos de escolaridade	.534	7.395***	.425	44.298***
Idade (anos)	-.280	-3.878***		

*** $p<.001$

Foi ainda utilizada a regressão linear (cf. Tabela 9) para verificar se os domínios cognitivos específicos são capazes de prever o desempenho da capacidade financeira. Da análise, resultou um modelo estatisticamente significativo [$F_{(5,112)}=61.042$; $p<.001$]; $R^2\text{Adj}=0.720$], em que os domínios Atenção e Orientação ($\beta = 0.283$; $t = 4.290$; $p<.001$), Linguagem ($\beta = 0.300$; $t = 4.381$; $p<.001$), Fluência ($\beta = 0.182$; $t = 2.694$; $p<.01$), Memória ($\beta = 0.169$; $t = 2.162$; $p<.05$) e Visuo-espacial ($\beta = 0.150$; $t = 2.537$; $p<.05$) são preditores estatisticamente significativos do desempenho da capacidade financeira geral (módulo II relativo às aptidões financeiras gerais). É possível observar que os referidos domínios cognitivos são responsáveis por explicar 72% da variância dos resultados no IACFin, sendo que a Linguagem e a Atenção/orientação são as dimensões que mais contribuem para a predição da capacidade financeira geral.

Tabela 9. IACFin: Módulo II (Aptidões Financeiras Gerais) – Regressão com domínios cognitivos (ACE-R)

	β	t	R^2 Adj	F
ACE-R Atenção e Orientação	.283	4.290***	.720	61.042***
ACE-R Memória	.169	2.162*		
ACE-R Fluência	.182	2.694**		
ACE-R Linguagem	.300	4.381***		

ACE-R Visuo-espacial	.150	2.537*
----------------------	------	--------

* p<.05

** p<.01

*** p<.001

4.3. Dados normativos

Fundamentado nos resultados obtidos e segundo os delineamentos elaborados nas secções anteriores, considerou-se a variável idade (“<65 anos” e “≥65 anos”) e a variável escolaridade (“≤4 anos” e “>4 anos” de escolaridade) para estabelecer o referencial normativo exploratório, em percentis, disponibilizado na Tabela 10.

V - Discussão

No âmbito da construção de um primeiro referencial normativo para os resultados no IACFin, a fim de compreender as influências que determinadas variáveis (idade, escolaridade, sexo, funcionamento cognitivo) têm no desempenho da capacidade financeira, começámos por estudar quais as associações entre as diferentes variáveis estudadas e os diferentes domínios do instrumento, diferenças entre grupos constituídos e magnitude de efeito das variáveis nos resultados no IACFin. Após este estudo e de se compreender quais as variáveis com impacto significativo nos resultados do IACFin, procedeu-se à construção de um primeiro referencial normativo para este instrumento, a fim de providenciar uma primeira linha base para a interpretação estandardizada dos resultados no IACFin.

Relativamente à influência da variável sexo na capacidade financeira, não foram observadas diferenças significativas no desempenho dos domínios no IACFin, à exceção do domínio Pagamento de contas, em que se identificou a única diferença estatisticamente significativa (resultado superior nos homens). Esta diferença pode associar-se aos papéis de género, na medida em que várias participantes evocaram dificuldades durante as respostas a este domínio e justificaram com o facto de ser o esposo/companheiro o responsável mais direto pelo pagamento de contas e gestão do dinheiro. Efetivamente, os estudos relativos às diferenças considerando a variável sexo no desempenho de atividades financeiras (e.g. Hira & Mugenda, 2000; Walczak & Pieńkowska-Kamieniecka, 2018) revelaram inexistência de (ou reduzidas) diferenças significativas entre o sexo feminino e o sexo masculino nas aptidões funcionais de natureza financeira, tal como o observado no presente estudo.

No que se reporta à análise do efeito da escolaridade no desempenho da capacidade financeira, observou-se que esta está correlacionada significativamente com as aptidões funcionais de natureza financeira, revelando que quanto maiores os níveis de escolaridade, melhores os desempenhos no IACFin, particularmente nos domínios Aptidões monetárias, Compras, Pagamento de contas, Negócio bancário, Tomada de decisão, Instrumentos, Doações e nos módulos II (Aptidões Financeiras Gerais) e III (Disposição do Património). Das análises *post hoc* efetuadas foi também possível constatar evidência para a contração da variável em apenas dois grupos de escolaridade (“menos de 4 anos” e “mais de 4 anos”), critério que

sustentou o estabelecimento dos parâmetros normativos.

No que concerne à variável idade, identificou-se uma correlação negativa significativa com os resultados do IACfin, evidenciando que maior idade se associa a menores desempenhos, nomeadamente nos domínios Aptidões monetárias, Compras, Pagamento de contas, Negócio bancário, Tomada de decisão, Doações e nos módulos II (Aptidões Financeiras Gerais) e III (Disposição do Património). Tal como na variável escolaridade, também aqui as análises de *post hoc* apontam para a contração da variável em dois grupos, os “Adultos” (inferior a 65 anos) e os “Adultos Idosos” (igual ou superior a 65 anos), sendo estabelecidos os parâmetros normativos para estes dois subgrupos. Como reportado em outros estudos prévios (e.g. Sousa, 2014; Sousa et al., 2015; Sousa et al., 2019), as variáveis escolaridade e idade são recorrentemente identificadas enquanto variáveis de influência significativa (particularmente em faixas etárias mais idosas) na capacidade funcional, incluindo a capacidade financeira. Estes dados corroboram o envolvimento e importância das funções cognitivas na funcionalidade. Porém, o facto de o nosso estudo apontar para uma contração de cada uma destas variáveis em apenas dois grupos pode dever-se à limitação do tamanho da nossa amostra. Como é explorado por Sousa e colaboradores (2014), relativamente aos estudos normativos do IAFAI, há evidência para a relevância da construção de parâmetros normativos com grupos de idade e escolaridade mais discriminados.

O mesmo é observado em outros instrumentos (e.g. ACE-R, MMSE, MoCA) de avaliação (neuro)psicológica que encontraram evidência em construir parâmetros normativos com as variáveis idade e escolaridade em grupos mais diversificados pela influência comprovada destas variáveis (Evans et al., 1993; Ponds et al., 2000; Wilson et al., 2009). Como foi possível aferir através das análises de regressão, a idade e a escolaridade (particularmente esta última) são responsáveis por 42.5% variância dos resultados no IACFin.

Em sequência do que foi observado sobre as variáveis idade e escolaridade, o seu peso nos resultados poderá estar associado à sua influência no funcionamento cognitivo (Evans et al., 1993; Ponds et al., 2000; Wilson et al., 2009), intimamente associado ao desempenho funcional, incluindo nas aptidões de natureza financeira. Efetivamente, das análises efetuadas, foi possível constatar uma associação estatisticamente significativa entre a capacidade financeira e o desempenho cognitivo, sendo que um funcionamento cognitivo mais deteriorado está associado a níveis mais reduzidos no desempenho funcional em tarefas de natureza financeira. Os resultados encontrados vão ao encontro da literatura disponível, na medida em que esta identifica consistentemente uma relação negativa entre défices no funcionamento cognitivo e a capacidade financeira, uma vez que se encontram prejudicadas capacidades cognitivas essenciais à capacidade financeira, como o processamento controlado, memória procedimental e funções executivas (Martin et al., 2019; Marson & Hebert, 2006; Niccolai et al., 2017; Sousa et al., 2010). Entre alguns exemplos, temos os estudos de Marson (2001) e Marson e colaboradores (2000) que identificam uma maior incapacidade

financeira para participantes com défices no funcionamento cognitivo, como a demência e a doença de Alzheimer (respetivamente). De modo congruente, também os estudos de Martin e colaboradores (2019), Niccolai e colaboradores (2017), Gerstenecker e colaboradores (2018) e Griffith e colaboradores (2003) exploraram a relação entre declínio cognitivo ligeiro e a capacidade financeira, os quais revelam similarmente diferenças significativas (resultados inferiores) no desempenho da capacidade financeira para sujeitos com declínio cognitivo ligeiro face aos grupos de controlo, principalmente em tarefas financeiras mais complexas (como pagar contas e gerir contas bancárias).

Efetivamente, no presente estudo, as análises de regressão com os domínios cognitivos do ACE-R permitiram aferir que estes são responsáveis por 72% da variância dos resultados no IACFin, revelando-se preditores da capacidade financeira, sendo que os domínios Linguagem e Atenção e Orientação surgem como os mais influentes, enquanto que o domínio Visuo-espacial surge como o menos influente. Compreende-se o peso que estes domínios cognitivos têm nos resultados da capacidade financeira dado esta caracterizar-se enquanto uma atividade de vida diária avançada, pelo que evoca aptidões cognitivas mais complexas e exigentes (Marson & Hebert, 2006; Sousa et al., 2010). O maior peso da linguagem pode dever-se ao facto de grande parte das questões abordadas no IACFin se prendem com respostas de desenvolvimento oral que invocam o conhecimento declarativo e julgamento, dois dos elementos fundamentais da capacidade financeira (Marson et al., 2000), que recorrem grandemente à componente linguística. Relativamente ao peso do domínio Atenção e Orientação na variância dos resultados, este pode dever-se ao facto de ser um instrumento de longa aplicação que conta com tarefas que requerem forte e contínua atenção dos sujeitos. A atenção é um dos principais domínios das avaliações neuropsicológicas (Alberto, 2003) dado o seu impacto no desempenho do sujeito, sendo que uma menor atenção pode originar resultados abaixo daquilo que é a verdadeira capacidade do sujeito. Por outro lado, seria expectável que o domínio Funções Executivas obtivesse um maior peso na variância dos resultados, uma vez ser um domínio fortemente evocado pela capacidade financeira (Martin et al., 2019; Marson & Hebert, 2006; Niccolai et al., 2017; Sousa et al., 2010), o que não se observou neste estudo. Tal poderá dever-se ao tipo de tarefa incluída no ACE-R (fluência), pouco abrangente do espectro das funções executivas, pelo que justificaria um protocolo mais detalhado no que concerne a este domínio.

Um outro importante fator passível de ser considerado em futuros estudos diz respeito ao esforço insuficiente, variável esta não controlada pela nossa bateria de avaliação. Isto porque, dado o carácter voluntário das participações no presente estudo e a morosidade/exigência do mesmo, poderá haver alguma variância nos resultados observados que se atribua à falta de investimento na tarefa que, por sua vez, poderá enviesar os resultados da capacidade cognitiva (e financeira) observados.

Interessantemente, no que concerne ao funcionamento emocional, considerando o critério de exclusão, isto é, apesar de apenas terem sido

incluídos participantes sem sintomatologia depressiva ou com sintomatologia ligeira (e excluídos os participantes com sintomatologia severa), os dados traduzem uma relação negativa significativa com a capacidade financeira. A presença de sintomatologia depressiva, mesmo que ligeira, associa-se a desempenhos mais reduzidos na capacidade financeira. Estes dados vão ao encontro da literatura sobre fatores debilitantes da capacidade financeira, nomeadamente sintomatologia depressiva, sendo que níveis severos e/ou quadros clínicos (e.g. Perturbação Depressiva Major) estão associados a défices no funcionamento cognitivo, como o processamento da informação e capacidade de juízo, habilidades requeridas na capacidade financeira (Morin et al., 2019). No estudo de Morin e colaboradores (2019) observou-se que participantes com sintomatologia depressiva (e sem demência associada) obtiveram, não só valores de desempenho significativamente mais baixos na capacidade financeira em comparação aos participantes do grupo de controlo, como obtiveram também o dobro da proporção de incapacidade relativamente aos pontos de corte. Igualmente, no estudo de Mackin e Arean (2009), foram observados níveis mais elevados de incapacidade financeira em participantes com sintomatologia depressiva, comparativamente ao grupo de controlo.

Por fim, com base nos resultados observados neste estudo, construiu-se um referencial normativo para o IACFin com as variáveis idade e escolaridade, uma vez que revelaram significativa influência (e até predição) nos resultados da capacidade financeira. Contudo, não descuramos o facto que este normativo teve por base as características da amostra do presente estudo, a qual apresenta as diversas limitações que temos vindo a discutir, pelo que destacamos necessidade em estudos futuros de refinar o referencial normativo com a diversificação e representatividade em falta na presente amostra.

Tabela. 10 Dados normativos considerando idade/escolaridade (percentis) N=96

		≤ 4 anos de escolaridade									
		N	95	90	75	50	25	20	15	10	5
< 65 anos	Aptidões monetárias	11	-	6.00	6.00	5.00	4.00	4.00	3.60	2.40	2.00
	Compras		.	10.00	9.00	8.00	7.00	7.00	6.60	5.40	5.00
	Pagamento de Contas		-	10.80	10.00	9.00	8.00	8.00	7.90	7.60	7.50
	Negócio Bancário		-	13.40	11.00	9.00	5.50	5.20	5.00	5.00	5.00
	Tomada de decisão		-	4.00	4.00	4.00	3.00	2.40	2.00	2.00	2.00
	Avaliação de risco		-	6.00	5.00	5.00	3.50	3.20	2.80	2.20	2.00
	Instrumentos		-	3.80	2.00	1.00	1.00	1.00	0.80	0.20	0
	Determinação do património		4.00	4.00	4.00	4.00	4.00	4.00	4.00	4.00	4.00
	Doações		-	3.00	2.00	2.00	1.00	1.00	0.80	0.20	0
	Testamentos		-	4.00	3.00	3.00	2.50	1.90	1.50	1.50	1.50
	Geral (Módulo II)		-	46.40	42.00	40.50	36.00	34.80	33.90	33.60	33.50
	Património (Módulo III)		-	10.00	10.00	8.50	7.50	6.90	6.30	5.70	5.50
≥ 65 anos	Aptidões monetárias	27	6.00	6.00	5.00	5.00	3.00	2.00	2.00	2.00	2.00
	Compras		11.00	10.20	9.00	8.00	6.00	5.30	5.00	4.90	3.60
	Pagamento de Contas		12.20	11.00	10.00	9.00	8.00	7.60	6.20	6.00	4.80
	Negócio Bancário		12.80	12.10	10.00	7.50	5.00	4.80	3.70	2.90	2.50
	Tomada de decisão		4.00	4.00	4.00	3.00	3.00	2.00	1.20	1.00	0.40
	Avaliação de risco		6.00	6.00	5.00	5.00	4.00	3.30	3.00	3.00	3.00
	Instrumentos		3.00	3.00	3.00	2.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00
	Determinação do património		4.00	4.00	4.00	4.00	3.00	3.00	3.00	3.00	3.00
	Doações		3.60	3.00	2.00	1.00	0	0	0	0	0
	Testamentos		4.00	4.00	3.50	3.00	2.00	2.00	2.00	1.00	0.40
	Geral (Módulo II)		50.80	49.70	46.00	36.00	31.50	31.10	29.30	27.10	25.20
	Património (Módulo III)		11.00	11.00	8.00	8.00	7.00	6.30	5.20	5.00	4.40

		> 4 anos de escolaridade									
		N	95	90	75	50	25	20	15	10	5
< 65 anos	Aptidões monetárias	33	6.00	6.00	6.00	6.00	6.00	5.00	5.00	5.00	4.70
	Compras		11.00	11.00	10.00	9.00	8.00	7.80	7.00	7.00	5.35
	Pagamento de Contas		12.50	12.00	12.00	11.00	9.50	9.00	9.00	9.00	7.70
	Negócio Bancário		18.00	16.80	15.00	13.50	11.00	10.90	10.05	9.20	7.70
	Tomada de decisão		4.00	4.00	4.00	4.00	3.00	3.00	3.00	3.00	2.70
	Avaliação de risco		7.30	6.50	5.25	5.00	4.00	4.00	3.55	3.20	3.00
	Instrumentos		4.00	4.00	3.00	3.00	2.00	2.00	1.10	1.00	1.00
	Determinação do património		4.00	4.00	4.00	4.00	3.00	3.00	3.00	3.00	2.70
	Doações		3.30	3.00	3.00	2.00	1.00	1.00	1.00	0	0
	Testamentos		4.00	4.00	4.00	3.50	2.50	2.40	2.00	1.70	1.20
	Geral (Módulo II)		58.25	56.80	55.00	50.00	46.25	45.40	43.20	41.00	39.70
	Património (Módulo III)		11.00	11.00	9.75	9.00	7.25	7.00	7.00	6.50	5.70
≥ 65 anos	Aptidões monetárias	25	6.00	6.00	6.00	6.00	5.00	5.00	4.90	4.00	3.30
	Compras		12.00	11.40	10.00	9.00	6.50	6.00	6.00	5.80	5.15
	Pagamento de Contas		14.00	14.00	11.50	10.00	8.75	8.10	7.95	7.30	7.00
	Negócio Bancário		17.00	16.70	15.50	14.00	11.25	9.80	7.90	7.00	5.25
	Tomada de decisão		4.00	4.00	4.00	4.00	3.00	3.00	3.00	2.60	2.00
	Avaliação de risco		7.00	6.70	6.00	5.00	4.00	3.60	3.00	3.00	1.25
	Instrumentos		4.00	4.00	3.00	3.00	2.00	2.00	1.00	1.00	1.00
	Determinação do património		4.00	4.00	4.00	4.00	3.00	3.00	3.00	3.00	3.00
	Doações		3.00	3.00	2.00	2.00	1.00	1.00	0	0	0
	Testamentos		4.00	4.00	4.00	3.50	2.75	2.50	2.00	1.80	0.80
	Geral (Módulo II)		57.85	56.60	54.25	50.00	43.75	41.40	40.55	36.30	33.90
	Património (Módulo III)		10.70	10.00	9.00	8.50	7.75	7.50	7.00	6.60	5.65

VI - Limitações do estudo, sugestões para pesquisas futuras e conclusões

É de referir que a presente investigação apresenta diversas limitações relevantes de serem consideradas. Entre estas, salienta-se o tamanho e heterogeneidade da amostra. A amostra não se apresenta suficiente para garantir a diversidade/heterogeneidade necessária exigida para um estudo representativo das variáveis sociodemográficas da comunidade (e.g. sexo, idade, escolaridade) nem diversidade suficiente de amostras clínicas (e.g. DCL, sintomatologia depressiva). Também de salientar que, além do reduzido tamanho da amostra, há uma grande discrepância entre o número de participantes do grupo feminino e do grupo masculino, pelo que em estudos futuros seria importante garantir uma amostra mais heterogénea, a fim de melhor explorar as diferenças associadas à variável sexo e compreender possíveis influências desta, no contexto português, no que respeita à capacidade financeira. Adicionalmente, também as análises à influência das variáveis escolaridade e idade ficam a carecer de uma amostra mais representativa (e.g. faixa etária mais de 80 anos), sendo estas variáveis frequentemente correlacionáveis com o declínio/preservação do funcionamento cognitivo, especialmente em idosos, como foi possível observar neste estudo. Relativamente à idade, o nosso estudo não encontrou diferenças significativas entre grupos de idades mais discriminados, concluindo que faria mais sentido fazer comparações apenas com os grupos Adultos (menos de 65 anos) e Idosos (com ou mais de 65 anos). Contudo, reforçamos que se pode dever à limitação da amostra reduzida e desta não ser devidamente representativa da população, pelo que apelamos a que os futuros estudos tenham uma variável de idades mais diversificada. Apesar da avaliação da capacidade financeira ser passível de ser requerida em qualquer grupo etário ou clínico, os idosos são o grupo mais comumente alvo desta avaliação e também o grupo com maior incidência de condições clínicas associadas debilitantes da capacidade funcional e cognitiva, consequentemente pondo em causa o desempenho autónomo, independente e seguro da sua capacidade financeira (Sousa et al., 2019). Apesar desta limitação, a presente investigação consagra-se um contributo relevante para a construção do referencial normativo da capacidade financeira da população portuguesa, uma vez que permite extrair uma base referencial primária de associações significativas com algumas das variáveis sociodemográficas mais relevantes. Utilizou-se os grupos contraídos, por terem relevado maior significância no nosso estudo, contudo seria relevante que estudos futuros procurem explorar uma maior amostra para a construção de um referencial normativo com grupos de idade e escolaridade mais discriminados.

Como mencionado anteriormente, défices no funcionamento cognitivo têm impacto significativo no funcionamento, nomeadamente na capacidade financeira. Posto isto, seria relevante à investigação um leque mais amplo de variáveis clínicas, sendo esta outra limitação do presente estudo. A amostra foi apenas dividida entre a presença ou ausência de declínio cognitivo (com base nos resultados do ACE-R), o que se identifica como insuficiente para uma amostra clínica representativa, assim como para analisar as diferenças no

desempenho da capacidade financeira consoante diferentes condições clínicas, sendo esta uma característica recorrente na população mais idosa (Gerstenecker et al., 2018; Griffith et al., 2003; Marson, 2001; Marson et al., 2000; Sousa, 2014;). Similarmente, para a variável sintomatologia depressiva, foi possível observar que apesar da limitação da amostra/critério de exclusão, níveis baixos de sintomatologia têm relação negativa com o desempenho da capacidade financeira. Como assinalado no ponto anterior, a sintomatologia depressiva tem influência significativa na capacidade funcional, nomeadamente na capacidade financeira, sendo debilitadora do funcionamento normativo, verificando-se que quanto mais severa a sintomatologia, maior a incapacidade (Mackin & Arean, 2009; Morin et al., 2019). Por isto, seria adicionalmente relevante uma amostra mais representativa desta condição clínica e o estudo do seu impacto no desempenho do IACFin.

À semelhança de estudos anteriores (Barata, 2019), também aqui foi evidente alguma fragilidade referente ao Módulo III (Disposição do Património), pelas correlações baixas encontradas, apesar de algumas se mostrarem significativas. Estes resultados vão ao encontro das fragilidades já reportadas no estudo de Barata (2019), o qual alerta para limitações na conceptualização e avaliação prática da capacidade testamentária, embora reforce a sua importância e permanência deste módulo, visando advir para que estudos futuros procurem realizar uma reestruturação deste módulo, conclusão que partilhamos neste estudo. Contudo, apesar das limitações da capacidade testamentária, é a capacidade financeira que acaba por ser mais recorrentemente questionada em âmbito legal (Sousa et al., 2019; Sousa et al., 2014), sendo menos frequente a averiguação legal em específico da capacidade testamentária, o que elucida para a relevância em diferenciar estes dois módulos em termos de dimensões a avaliar dado o contexto legal português. O IACFin, tal como está conceptualizado, prevê esta diferenciação, pese embora a necessidade de explorar melhor o módulo relativo à Disposição de património.

De notar que os resultados do presente estudo apontam, globalmente, para correlações significativas do IACFin com as variáveis sociodemográficas e variáveis do funcionamento cognitivo, permitindo o início da criação de um primeiro referencial normativo e reforçando a sua importância e promissor desempenho para o objetivo com o qual foi criado, fortalecendo a necessidade de contínua investigação a fim de colmatar as suas fragilidades/vulnerabilidades e incrementar a sua robustez e validação para uso em âmbito legal.

Dada a relevância da avaliação da capacidade financeira no âmbito legal e resultados promissores que se têm obtido com o estudo do IACFin, conclui-se evidente a importância de dar continuidade à investigação com vista à criação das normas específicas para a população portuguesa, a fim de fortalecer a sua aplicabilidade no contexto forense, para dar resposta às crescentes questões de âmbito legal, por forma a estabelecer uma interpretação válida, fidedigna e estandardizada dos desempenhos avaliados (Simões et al., 2017).

Bibliografia

Alberto, I. (2003). Atenção, por favor (!) à avaliação da atenção!. *Psychologica*, 34, 231-243.

Amarante, A. T. (2018). *Maus tratos nos idosos* (Dissertação de Mestrado Integrado em Medicina). Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

Barata, I. N. (2020). *Avaliação da capacidade financeira: Um estudo exploratório de validação do IACFin numa amostra de adultos e adultos idosos* (Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Barreto, J., Leuschner, A., Santos, F., & Sobral, M. (2008). Escala de Depressão Geriátrica. In A. Mendonça, M. Guerreiro, & Grupo de Estudos de Envelhecimento Cerebral e Demência (Coords.), *Escalas e Testes na Demência* (2ª ed., pp. 69-72). Novartis.

Centro de Estudos Judiciários. (2019). *O Novo Regime Jurídico do Maior Acompanhado*. CEJ.
http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/eb_Regime_Maior_Acompanhado.pdf

Cesário, P. S. (2013). *Vulnerabilidade Social em adultos e adultos idosos: Efeitos da capacidade funcional e financeira, do funcionamento psicológico e de características sócio-demográficas* (Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Código Civil. (2021). Disponível em <https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/34509075/view>, acessado a 23 janeiro 2021.

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. (2006). Organização das Nações Unidas.

Decreto-Lei nº 49/2018 de 14 de agosto. (2018). *Diário da República, 1ª Série - N 156 – 14 de agosto de 2018*. Ministério da Justiça.

Evans, D.A., Beckett, L.A., Albert, M.S., Hebert, L.E., Scherr, P.A., Funkenstein, H.H., & Taylor, J.O. (1993) Level of education and change in

cognitive function in a community population of older persons. *Annals of Epidemiology*, 3(1), 71-7. doi: 10.1016/1047-2797(93)90012-s.

Firmino, H., Simões, M. R., Pinho, M. S., Cerejeira, J., & Martins, C. (2017). *Avaliação Cognitiva de Addenbrooke- Versão Revista. Manual Técnico*. FPCEUC/Laboratório de Avaliação Psicológica e Psicometria.

Firmino, H., Simões, M.R., Pinho, S., Cerejeira, J., & Martins, C. (2008). *Exame Cognitivo de Addenbrooke – Revisto (ACE-R) - versão experimental portuguesa autorizada*. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Gerstenecker, A., Triebel, K., Eakin, A., Martin, R., & Marson, D. (2018) Exploring the Factor Structure of Financial Capacity in Cognitively Normal and Impaired Older Adults. *Clinical Gerontologist*, 41(1), 33-41, doi: 10.1080/07317115.2017.1387211

Griffith, H.R., Belue, K., Sicola, A., Krzywanski, S., Zamrini, E., Harrell, L., & Marson, D.C. (2003). Impaired financial abilities in mild cognitive impairment: a direct assessment approach. *Neurology*, 60(3), 449-57. doi: 10.1212/wnl.60.3.449

Hebert, K. R., & Marson, D. C. (2007). Assessment of financial capacity in older adults with dementia: In S. H. Qualls & M. A. Smyer (Eds.), *Changes in decision-making capacity in older adults: Assessment and intervention* (pp. 237-270). John Willey & Sons, Inc.

Hira, T., & Mugenda, O. (2000). Gender Differences in Financial Perceptions Behaviors and Satisfaction. *Journal of Financial Planning*, 13(2), 86-93.

Instituto Nacional de Estatística. (2002). *O Envelhecimento em Portugal: Situação demográfica e socio-económica recente das pessoas idosas*. INE.

Instituto Nacional de Estatística. (2012). *Dia Internacional das Pessoas com Deficiência – 3 de dezembro*. INE.

Instituto Nacional de Estatística. (2020a). *Projeções de População Residente: 2018-2080*. INE.

Instituto Nacional de Estatística. (2020b). *Tábuas de Mortalidade*. INE.

Mackin, R. S., & Areán, P. A. (2009). Impaired financial capacity in late life depression is associated with cognitive performance on measures of executive functioning and attention. *Journal of the International Neuropsychological Society*, *15*(5), 793–798. <https://doi.org/10.1017/S1355617709990300>

Marôco, J. (2014). *Análise estatística com SPSS Statistics* (6ª edição). ReportNumber.

Marroni, S. P., Radaelli, G., Silva Filho, I. G. da, & Portuguese, M. W. (2017). Instruments for evaluating financial management capacity among the elderly: an integrative literature review / Instrumentos para avaliação da capacidade de gerenciamento financeiro em idosos: revisão integrativa da literatura. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, *20*(4), 582–593. <https://doi.org/10.1590/1981-22562017020.160207>.

Marson, D. C. (2001). Loss of financial competency in dementia: Conceptual and empirical approaches. *Aging, Neuropsychology, and Cognition*, *8*(3), 164–181. <https://doi.org/10.1076/anec.8.3.164.827>

Marson, D., & Hebert, K.R. (2006). Functional assessment. In D.K. Attix, & K.A. Welsh-Bohmer (Eds.), *Geriatric neuropsychology: Assessment and intervention* (pp. 158-197). The Guilford Press.

Marson, D.C., Sawrie, S.M., Snyder, S., McInturff, B., Stalvey, T., Boothe, A., Aldridge, T., Chatterjee, A., & Harrell, L.E. (2000). Assessing financial capacity in patients with Alzheimer Disease: A conceptual model and a prototype instrument. *Archives of Neurology*, *57*, 877-884.

Martin, R.C., Gerstenecker, A., Triebel, K.L., Falola, M., McPherson, T., Cutter, G., & Marson, D.C. (2019). Declining Financial Capacity in Mild Cognitive Impairment: A Six-Year Longitudinal Study. *Archives of Clinical Neuropsychology*, *34*(2), 152-161. doi: 10.1093/arclin/acy030.

Moye, J., Armesto, J. C., & Karel, M. J. (2005). Evaluating capacity of older adults in rehabilitation settings: conceptual models and clinical challenges. *Rehabilitation Psychology*, *50*(3), 207- 214.

Morin, R., Gonzales, M., Bickford, D., Catalinotto, D., Nelson, C., & Mackin, R. (2019). Impaired Financial Capacity in Late-Life Depression: Revisiting Associations with Cognitive Functioning. *Journal of the International*

Neuropsychological Society, 25(10), 1088-1093. doi:10.1017/S1355617719000705

Nancy, E. (2003). Differentiating the Three D's: delirium, dementia and depression. *Medsurg Nurs*, 12(6), 347–357.

Niccolai, L. M., Triebel, K. L., Gerstenecker, A., McPherson, T.O., Cutter, G.R., Martin, R.C., & Marson, D.C. (2017). Neurocognitive Predictors of Declining Financial Capacity in Persons with Mild Cognitive Impairment. *Clinical Gerontologist*, 40(1), 14-23. doi: 10.1080/07317115.2016.1228022.

O'Neill, N., & Peisah, C. (2011). *Capacity and the law*. Sydney University Press.

Oliveira, C. R., Rosa, M. S., Pinto, A. M., Botelho, M. A., Morais, A., & Veríssimo, M. T. (2010). *Estudo do perfil do envelhecimento da população portuguesa*. Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa, Eurotrials scientific consultants, Programa operacional saúde XXI, Alto Comissariado da Saúde, Ministério da Saúde.

Peisah, C., Finkel, S., Shulman, K., Melding, P., Luxenberg, J., Heinik, J., Jacoby, R., Reisberg, B., Stoppe, G., Barker, A., Firmino, H., Bennett, H., & International Psychogeriatric Association Task Force on Wills and Undue Influence (2009). The wills of older persons: risk factors for undue influence. *International Psychogeriatrics*, 21(1), 7-15. 10.1017/S1041610208008120

Peisah, C., & Shulman, K. I. (2012). Testamentary capacity. In G. J. Demakis (Ed.), *Civil capacities in clinical neuropsychology: Research findings and practical applications* (pp.95-120). Oxford University Press.

Pestana, M. H., & Gageiro, J. N. (2008). *Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS* (5ª Ed.). Edições Silabo.

Ponds, R. W. H. M., van Boxtel, M. P. J., & Jolles, J. (2000). Age-related changes in subjective cognitive functioning. *Educational Gerontology*, 26(1), 67–81. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1080/036012700267402>

Ribeiro, G. R. (2010). *A proteção do Incapaz no Direito Português*. Coimbra Editora.

Shulman K., Cohen C., Kirsh F., Hull I., & Champine P. (2007). Assessment of testamentary capacity and vulnerability to undue influence. *American Journal of Psychiatry*, 164(5),722-727 doi:10.1176/ajp.2007.164.5.722

Shulman K., Peisah C., Jacoby R., Heinik J., & Finkel S. (2009). Contemporaneous assessment of testamentary capacity. *International Psychogeriatrics*, 21(3), 433-9 8874.

Silva, R., Santos, S. S. C., Lourenço, M. C. G., Coelho, P., & Sá, L. (2017). *Deterioração cognitiva no idoso: revisão da literatura*. https://www.researchgate.net/profile/Rosa_Silva9/publication/283010290_Deterioracao_cognitiva_no_idosos_revisao_da_literatura/links/5626208c08aee57dbbef2.pdf

Simões, M. R., Firmino, H., Sousa, L. B., & Pinho, M. S. (2011). *Addenbrooke Cognitive Examination Revised (ACE-R): Portuguese adaptation, validation and norming*. 39th Congress of European Association of Geriatric Psychiatry (EAGP), November 03, Porto, Portugal.

Simões, M. R., Pinho, M. S., Prieto, G., Sousa, L. B., Ferreira, I., Gonçalves, C., Pimentel, P., Santos, F., & Firmino, H. (2015). Addenbrooke's Cognitive Examination Revised (ACE-R). In Mário R. Simões, Isabel Santana, & Grupo de Estudos de Envelhecimento Cerebral e Demência (GEECD) (Coords.), *Escalas e Testes na Demência* (3ª ed., pp. 32-37). Novartis.

Simões, M. R., Sousa, L. B., Firmino, H., Andrade, S., Ramalho, E., Martins, J., Martins, M., Araújo, J., Noronha, J., Pinho, M. S., & Vilar, M. (2010). *Geriatric Depression Scale (GDS-30): Estudos de validação em grupos de adultos idosos com Declínio Cognitivo Ligeiro e Demência*. VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia. Associação Portuguesa de Psicologia e Universidade do Minho, Braga.

Simões, M.R., Sousa, L.B, Marques-Costa, C., & Almiro, P.A. (2017). Avaliação neuropsicológica em contextos forenses: fundamentos, protocolo e instrumentos de avaliação. In Fernando Vieira, Ana S. Cabral, & Carlos B. Saraiva (Eds.), *Manual de Psiquiatria Forense* (pp. 373-410). Pactor/Lidel.

Slovenko, R. (2006). Civil competency. In I. B. Weiner & A. K. Hess (Eds.), *The handbook of Forensic Psychology* (pp.190-209). John Wiley & Sons.

Simões, M. R., Sousa, L. B., Vilar, M., Pinho, M. S., Prieto, G., & Firmino, H. (2017). Escala de Depressão Geriátrica (GDS). In M. M. Gonçalves, M. R. Simões, & L. S. Almeida (Coord.), *Psicologia Clínica e da Saúde* (pp.219-233). PACTOR.

Sousa, L. (2014). *Abordagem funcional na determinação da capacidade financeira e testamentária: linhas orientadoras e desenvolvimento de instrumentos de avaliação* (Tese de Doutoramento em Psicologia). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Portugal.

Sousa, L.B., Simões, M.R., & Firmino, H. (2010). Psicologia Forense e Competência Civil em adultos idosos: Reflexão em torno de algumas questões éticas. *Psiquiatria, Psicologia e Justiça*, 3, 157-175.

Sousa, L.B., Simões, M.R., Firmino, H., & Peisah, C. (2014). Financial and Testamentary Capacity evaluations: Procedures and assessment instruments underneath a functional approach. *International Psychogeriatrics*. 26(2), 217-228. doi:10.1017/S1041610213001828

Sousa, L. B., Vilar, M., Firmino, H., & Simões, M. R. (2014). Financial Capacity Assessment Instrument (IACFin): Development and qualitative study using focus groups. *Psychiatry Psychology and Law*, 22(4), 571-585. DOI 10.1080/13218719.2014.960038

Sousa, L., Vilar, M., Firmino, H., & Simões, M. (2013). *Instrumento de Avaliação da Capacidade Financeira (IACFin). Manual de Cotação e Administração*. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Sousa, L. B., Vilar, M., Firmino, H., & Simões, M. R. (2019). Avaliação neuropsicológica para determinação da capacidade financeira. In M. Paulino, & D. Costa (Coord.), *Maus-tratos a pessoas idosas* (pp. 251-273). PACTOR. ISBN 978-989-693-083-7

Sousa, L. B., Vilar, M., & Simões, M. R. (2013). *Inventário de Avaliação Funcional de Adultos e Idosos (IAFAI)*. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Sousa, L. B., Vilar, M., & Simões, M. R. (2015). *Inventário de Avaliação Funcional de Adultos e Idosos (IAFAI)*. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Walczak, D., & Pienkowska-Kamieniecka, S. (2018). Gender Differences in Financial Behaviours. *Engineering Economics*, 29(1), 123-132. <https://doi.org/10.5755/j01.ee.2>

Wilson, R. S., Hebert, L. E., Scherr, P. A., Barnes, L. L., Mendes de Leon, C. F., & Evans, D. A. (2009). Educational attainment and cognitive decline in old age. *Neurology*, 72(5), 460–465. doi: 10.1212/01.wnl.0000341782.71418.6c

ANEXOS

Anexo A. Quadro conceitual de referência na avaliação da capacidade financeira e testamentária

A. Normas legais	- Consideração das normas legais em questão enquanto fundamento à avaliação da capacidade
B. Elementos funcionais	- Escalas de avaliação das Atividades de Vida Diária (Básicas e Instrumentais) - Instrumentos específicos de avaliação da capacidade
C. Diagnóstico	- Documentação do diagnóstico médico
D. Funções Cognitivas	- Atenção, linguagem, memória, aptidões visuo-percetivas, velocidade de processamento, funcionamento executivo, julgamento e raciocínio
E. Fatores emocionais ou afetivos	- Utilização de medidas objetivas desenvolvidas e com suporte psicométrico para a população idosa e para a população adulta
F. Valores e preferências	- Raça, etnia, cultura, idade, sexo, orientação sexual, religião, experiências de vida, etc. que podem influenciar os valores e preferências individuais
G. Consideração do risco	- Suporte e exigências ambientais / contexto social
H. Meios para aumentar a capacidade	-Estabelecimento de recomendações clínicas para a intervenção
I. Juízo clínico acerca da capacidade	- Integração de toda a informação para estabelecimento de conclusões

(cf. Sousa, 2014, pp. 21; adaptado de American Bar Association Commission on Law and Aging & American Psychological Association, 2008)

Anexo B. Exemplo de protocolo de avaliação neuropsicológica: domínios relevantes e instrumentos de avaliação

Domínio	Instrumentos
Testes de rastreio cognitivo	- Exame Breve do Estado Mental (Mini Mental State Examination – MMSE; Folstein et al., 1975; Guerreiro, 1998; Morgado et al., 2009; Santana et al., 2016) - Avaliação Cognitiva de Montreal (Montreal Cognitive Assessment – MoCA; Nasreddine et al., 2005; Simões et al., 2008; Freitas et al., 2011) - Exame Cognitivo de Addenbrooke – Revisto (Addenbrooke Cognitive Assessment – Revised – ACE-R; Mioshi et al., 2006; Firmino et al., 2008; Simões et al., 2015)
Atenção	- Memória de Dígitos da WAIS-III (Wechsler Adult Intelligence Scale – Third edition; Wechsler, 1997, 2008) - Trail Making Test A (Reitan & Wolfson, 1985; Cavaco et al., 2008, 2013b) - Índice Atenção Visual da DRS-2 (Dementia Rating Scale-2; Jurica et al., 2001; Cavaco Teixeira-Pinto, 2011)
Funções executivas	- Semelhanças da WAIS-III - Trail Making Test B (Reitan & Wolfson, 1985; Cavaco et al., 2008, 2013b) - Fluência verbal (Cavaco et al., 2013a) - Bateria de Avaliação Frontal (Frontal Assessment Battery – FAB; Duboi et al., 2000; Lima et al., 2008)
Memória	- Índice Reconhecimento da DRS-2 - WMS-III (Wechsler Memory Scale – Third Edition; Wechsler, 1997, 2008)
Linguagem	- Token Test (DeRenzi & Faglioni, 1978; Baeta, 2002) - Bateria de Avaliação Psicolinguística das Afasias e outras Perturbações de Linguagem para a População Portuguesa (PAL-PORT; Festas et al., 2007)
Visuoespacial construtiva	- Cubos, Matrizes, Composição de Objetos da WAIS-III - Teste do Desenho do Relógio (Santana et al., 2007)
Funcionamento Emocional	- Escala de Depressão Geriátrica-30 itens (Geriatric Depression Scale – GDS-30; Yesavage et al., 1983; Barreto et al., 2008; Simões et al., 2017) - Inventário de Ansiedade Geriátrica (Geriatric Anxiety Scale – GAI; Pachana et al., 2007; Ribeiro et al., 2011) - Inventário de Sintomas Breve (Brief Symptom Inventory – BSI; Derogatis, 1982; Canavarro, 2007) - Inventário de Ansiedade Estado-Traço de Spielberger (State Trait Anxiety Inventory – STAI-Y1 e Y2; Spielberger et al., 1970; Silva, 2003) - Escala de Beck de Autoavaliação da Depressão-II (Beck Depression Inventory – BDI-II; Beck et al., 1996; Martins et al., 2000)
Personalidade	- Escala de Personalidade de Eysenck-Revisto (Eysenck Personality Inventory-Revised – EPQ-R; Eysenck Eysenck, 1964; Almiro, 2013; Almiro & Simões, 2014) - NEO-Five Factor Inventory (NEO-FFI; Lima & Simões, 2000, 2006) - Inventário Multifásico de Personalidade de Minnesota-2 (Minnesota Multiphasic Personality Inventory 2 – MMPI-2; Hathaway & McKinley, 1989; Silva et al., 2006) - Inventário Clínico de Autoconceito (ICAC; Vaz Serra, 1986, 1995)
Qualidade de vida	- Inventário de Avaliação da Qualidade de Vida (World Health Organization Quality of Life Inventory – WHOQOL-OLD; Power et al., 2005; WHOQOL-OLD Group, 2006; Vilar et al., 2010, 2014, 2015)

(cf. Sousa et al., 2019, pp. 263-264)

Anexo C. Módulos, domínios e respetivos itens do IACFin

Módulo I. Rastreio	
1. Orientação	1.1. Orientação temporal 1.2. Orientação espacial
2. Rastreio sensorial	2.1. Visão 2.2. Audição
3. Rastreio motor	3.1. Assinatura 3.2. Escrita
4. Atenção e consciência	4.1. Atenção 4.2. Consciência
5. Linguagem	5.1. Leitura 5.2. Linguagem oral
Módulo II. Aptidões Financeiras Graís	
1. Valores e preferências	1.1. Valores 1.1.1. Aumento substancial de rendimentos 1.1.2. Euromilhões 1.1.3. Poupanças
2. Aptidões monetárias básicas	1.2. Preferências 2.1. Valor do dinheiro 2.2. Contar dinheiro
3. Compras	3.1. Importância dos recibos 3.2. Lista de compras 3.2.1. Evocação diferida da lista de compras 3.2.2. Preços 3.2.3. Talão de compras 3.2.4. Troco
4. Pagamento de contas	4.1. Despesas mensais fixas 4.1.1. Identificação das despesas mensais 4.1.2. Correspondência preço/despesa 4.1.3. Importância do pagamento 4.1.4. Consequência do não pagamento 4.1.5. Meios de pagamento 4.1.6. Compreensão de faturas 4.2. Importância do pagamento de impostos
5. Negócio bancário	5.1. Importância da conta bancária 5.2. Cheques 5.2.1. Passar um cheque 5.2.2. Anulação de um cheque 5.2.3. Cuidados na utilização de cheques 5.3. Cartão de multibanco 5.3.1. Cuidados na utilização do cartão multibanco 5.3.2. Utilidades do cartão multibanco 5.3.3. Código PIN 5.4. Extratos bancários 5.4.1. Definição de extrato bancário 5.4.2. Compreensão do extrato bancário
6. Tomada de decisão	6.1. Almoço no restaurante 6.2. Venda de ouro
7. Avaliação do risco de crime patrimonial	7.1. Dificuldades sentidas 7.2. Burla

	7.2.1. Prevenção de burla
	7.2.2. Publicidade enganosa
	7.2.3. Assinatura de documentos
8. Instrumentos de suprimento da vontade	8.1. Recursos de apoio
	8.2. Procuração

Módulo III. Disposição de Património

1. Determinação do património	1.1. Fontes de rendimento atuais
	1.2. Natureza e extensão dos bens
2. Doações	2.1. definição de doação
	2.2. Consequências da doação
3. Testamentos	3.1. Definição de testamento
	3.2. O que pode ser deixado em testamento

Anexo D. Quadro-resumo dos estudos anteriores de precisão e validade do IACFin

	<i>Amostra</i>	<i>Consistência Interna [Alfa de Cronbach]</i>	<i>Validade Discriminante</i>	<i>Validade Concorrente</i>	<i>Validade de Constructo</i>
Barata (2020)	População em geral (N=97) 18,6% Homens; 81,4% Mulheres; 40,2% Adultos; 59,8% Idosos Idade: M=66,30; DP=10.311 Escolaridade: 44,3% ≤4º ano; 59,8% >4º ano 82,5% grupo normativo; 17,5% grupo clínico (DCL/Demência)	Módulo II: 0.855 Módulo III: 0.358 Total (II+III): 0.847	Normativo / Clínico Compras (p<.001), Aptidões Monetárias Básicas (p<.01), Negócio Bancário (p<.01), Tomada de Decisão (p<.01), Doações (p<.05), Aptidões Financeiras Gerais (p<.01), Disposição de Património (p<.01)	Correlações com o ACE-R Total: correlações (p<.01, entre r=.301 e r=.626) com Aptidões Monetárias Básicas, Compras, Pagamento de contas, Negócio Bancário, Tomada de decisão, Testamento, Módulo II, Módulo III.; correlações (p<.05, entre r=.239 e r=.293) com Avaliação do risco de crime patrimonial, Instrumentos de suprimento da vontade, Doações. Correlações com o MMSE: Compras (r=.281 p<.05), Tomada de decisão (r=.276; p<.05), Módulo II Aptidões Financeiras Gerais (r=.293; p<.01) Correlações com GDS-30: correlação negativa baixa (r=-.349; p<.01) Correlações com IAFAI Total: Aptidões Monetárias Básicas (r=-.242; p<.05), Compras (r=-.334 p<.01), Negócio Bancário (r=-.267; p<.05), Tomada de decisão (r=-.251; p<.051), Instrumentos de suprimento da vontade (r=-.337; p<.01), Determinação do Património (r=-.255; p<.05), Módulo II (r=-.335; p<.01), Módulo III (r=-.259; p<.05). Correlações com IAFAI domínio Finanças: Compras (r=-.377; p<.05)	Correlações item-domínio no Módulo II variam entre r=-.003 (Recursos de apoio) e r=.776 (Compreensão do extrato bancário). Correlações item-domínio no Módulo III variam entre r=.056 (O que pode ser deixado em testamento) e r=.323 (Consequências da doação). Correlações item-total variam entre r=.025 (O que pode ser deixado em testamento) e r=.772 (Compreensão do extrato bancário). Não se observaram alterações significativas na consistência interna caso fossem eliminados os itens de baixa correlação.

	<i>Amostra</i>	<i>Consistência Interna [Alfa de Cronbach]</i>	<i>Validade Discriminante</i>	<i>Validade Concorrente</i>	<i>Validade de Constructo</i>
Cesário (2013)	<p>População em geral (N=56)</p> <p>14,3% Homens; 85,7% Mulheres; 55,4% Adultos; 44,6% Idosos</p> <p>Idade: M=62,18; DP=10,412</p> <p>Escolaridade: 51,8% ≤4º ano; 48,3% >4º ano</p> <p>83,9% grupo normativo; 16,1% grupo clínico (Declínio Cognitivo)</p>		<p>Adultos / Idosos capacidade financeira global (U=152.500; p<.001), conhecimento e utilização do dinheiro (U=216.000; p=.004), utilização do cartão de multibanco (U=141.500; p<.001), utilização dos cheques (U=140.000; p<.001).</p>	<p>Correlações com IAFAI domínio Finanças:</p> <p>Auto-relato: não se verificam associações com significado estatístico (p>.05)</p> <p>Informador: utilização do cartão de multibanco (rs=0.559; p=.038).</p> <p>Correlações com a Escala de Vulnerabilidade Social:</p> <p>Auto-relato: utilização dos cheques (r=-0.284; p=.036).</p> <p>Informador: não se verificam associações estatisticamente significativas (p>.05).</p>	

Anexo E. Correlações de Pearson dos parâmetros do IACFin com a Idade e Escolaridade, em anos, dos participantes (N=118)

	Idade (Anos)	Escolaridade (Anos)
Aptidões monetárias	-.405***	.500***
Compras	-.348***	.337***
Pagamento de contas	-.317***	.416***
Negócio bancário	-.351***	.614***
Tomada de decisão	-.286**	.359***
Avaliação do risco	-.123	.053
Instrumentos	-.165	.452***
Determinação do património	-.251**	.061
Doações	-.167	.318***
Testamentos	-.138	.169
Módulo II	-.408***	.601***
Módulo III	-.274**	.330***

* A correlação é significativa no nível 0,05.

** A correlação é significativa no nível 0,01.

*** A correlação é significativa no nível 0,001.

Anexo F. Testes Post Hoc – Comparações múltiplas – Faixa Etária

		Diferença Média			Diferença Média			Sig.	
Aptidões monetárias	- 60	60-64	-.08075	1.000	Compras	- 60	60-64	.88587	.688
		65-69	.17391	.995			65-69	.50000	.956
		70-74	.70783	.449			70-74	1.56087	.163
		+75	1.55835**	.005			+75	1.97140	.062
	60-64	-60	.08075	1.000		60-64	-60	-.88587	.688
		65-69	.25466	.972			65-69	-.38587	.980
		70-74	.78857	.285			70-74	.67500	.848
		+75	1.63910**	.001			+75	1.08553	.552
	65-69	-60	-.17391	.995		65-69	-60	-.50000	.956
		60-64	-.25466	.972			60-64	.38587	.980
		70-74	.53391	.715			70-74	1.06087	.547
		+75	1.38444*	.019			+75	1.47140	.280
	70-74	-60	-.70783	.449		70-74	-60	-1.56087	.163
		60-64	-.78857	.285			60-64	-.67500	.848
		65-69	-.53391	.715			65-69	-1.06087	.547
		+75	.85053	.310			+75	.41053	.981
	+75	-60	-1.55835**	.005		+75	-60	-1.97140	.062
		60-64	-1.63910**	.001			60-64	-1.08553	.552
		65-69	-.38444*	.019			65-69	-1.47140	.280
		70-74	-.85053	.310			70-74	-.41053	.981
Pagamento de contas	- 60	60-64	-.22050	.998	Negócio Bancário	- 60	60-64	-1.05590	.922
		65-69	.41304	.978			65-69	-.39130	.998
		70-74	.86522	.725			70-74	2.50696	.307
		+75	1.61785	.189			+75	3.21854	.145
	60-64	-60	.22050	.998		60-64	-60	1.05590	.922
		65-69	.63354	.883			65-69	.66460	.985
		70-74	1.08571	.470			70-74	3.56286*	.033
		+75	1.83835	.074			+75	4.27444*	.012
	65-69	-60	-.41304	.978		65-69	-60	.39130	.998
		60-64	-.63354	.883			60-64	-.66460	.985
		70-74	.45217	.967			70-74	2.89826	.172
		+75	1.20481	.486			+75	3.60984	.074
	70-74	-60	-.86522	.725		70-74	-60	-2.50696	.307
		60-64	-1.08571	.470			60-64	-3.56286*	.033
		65-69	-.45217	.967			65-69	-2.89826	.172
		+75	.75263	.843			+75	.71158	.986
	+75	-60	-1.61785	.189		+75	-60	-3.21854	.145
		60-64	-1.83835	.074			60-64	-4.27444*	.012
		65-69	-1.20481	.486			65-69	-3.60984	.074
		70-74	-.75263	.843			70-74	-.71158	.986

* A diferença média é significativa no nível 0.05

** A diferença média é significativa no nível 0.01

*** A diferença média é significativa no nível 0.001

		Diferença		Sig.			Diferença		Sig.
		Média					Média		
Tomada de Decisão	- 60	60-64	.14441	.989	Avaliação do risco	- 60	60-64	.71817	.346
		65-69	.17391	.981			65-69	.45652	.797
		70-74	.52870	.417			70-74	.46174	.777
		+75	.71396	.188			+75	.54805	.705
	60-64	-60	-.14441	.989		60-64	-60	-.71817	.346
		65-69	.02950	1.000		65-69	-.26165	.963	
		70-74	.38429	.681		70-74	-.25643	.962	
		+75	.56955	.368		+75	-.17011	.994	
	65-69	-60	-.17391	.981		65-69	-60	-.45652	.797
		60-64	-.02950	1.000		60-64	.26165	.963	
		70-74	.35478	.776		70-74	.00522	1.000	
		+75	.54005	.469		+75	.09153	1.000	
	70-74	-60	-.52870	.417		70-74	-60	-.46174	.777
		60-64	-.38429	.681		60-64	.25643	.962	
		65-69	-.35478	.776		65-69	-.00522	1.000	
		+75	.18526	.979		+75	.08632	1.000	
	+75	-60	-.71396	.188		+75	-60	-.54805	.705
		60-64	-.56955	.368		60-64	.17011	.994	
		65-69	-.54005	.469		65-69	-.09153	1.000	
		70-74	-.18526	.979		70-74	-.08632	1.000	
Pagamento de contas	- 60	60-64	-.22050	.998	Instrumentos	- 60	60-64	-.16770	.986
		65-69	.41304	.978			65-69	-.28261	.921
		70-74	.86522	.725			70-74	.02087	1.000
		+75	1.61785	.189			+75	.28719	.929
	60-64	-60	.22050	.998		60-64	-60	.16770	.986
		65-69	.63354	.883		65-69	-.11491	.997	
		70-74	1.08571	.470		70-74	.18857	.976	
		+75	1.83835	.074		+75	.45489	.672	
	65-69	-60	-.41304	.978		65-69	-60	.28261	.921
		60-64	-.63354	.883		60-64	.11491	.997	
		70-74	.45217	.967		70-74	.30348	.892	
		+75	1.20481	.486		+75	.56979	.498	
	70-74	-60	-.86522	.725		70-74	-60	-.02087	1.000
		60-64	-1.08571	.470		60-64	-.18857	.976	
		65-69	-.45217	.967		65-69	-.30348	.892	
		+75	.75263	.843		+75	.26632	.942	
	+75	-60	-1.61785	.189		+75	-60	-.28719	.929
		60-64	-1.83835	.074		60-64	-.45489	.672	
		65-69	-1.20481	.486		65-69	-.56979	.498	
		70-74	-.75263	.843		70-74	-.26632	.942	

* A diferença média é significativa no nível 0.05

** A diferença média é significativa no nível 0.01

*** A diferença média é significativa no nível 0.001

		Diferença		Sig.			Diferença		Sig.
		Média					Média		
Determinação do património	- 60	60-64	.14752	.899	Testamentos	- 60	60-64	.19177	.978
		65-69	.13043	.943			65-69	.08696	.999
		70-74	.26609	.514			70-74	.31391	.887
		+75	.35240	.294			+75	.59497	.472
	60-64	-60	-.14752	.899		60-64	-60	-.19177	.978
		65-69	-.01708	1.000		65-69	-1.10481	.998	
		70-74	.11857	.948		70-74	.12214	.996	
		+75	.20489	.765		+75	.40320	.776	
	65-69	-60	-.13043	.943		65-69	-60	-.08696	.999
		60-64	.01708	1.000		60-64	.10481	.998	
		70-74	.13565	.931		70-74	.22696	.963	
		+75	.22197	.738		+75	.50801	.628	
	70-74	-60	-.26609	.514		70-74	-60	-.31391	.887
		60-64	-.11857	.948		60-64	-.12214	.996	
		65-69	-.13565	.931		65-69	-.22696	.963	
		+75	.08632	.989		+75	.28105	.934	
	+75	-60	-.35240	.294		+75	-60	-.59497	.472
		60-64	-.20489	.765		60-64	-.40320	.776	
		65-69	-.22197	.738		65-69	-.50801	.628	
		70-74	-.08632	.989		70-74	-.28105	.934	
Doações	- 60	60-64	-.11335	.997	Módulo II	- 60	60-64	-.06211	1.000
		65-69	.26087	.946			65-69	.95652	.998
		70-74	.34522	.853			70-74	6.59217	.199
		+75	.35469	.872			+75	9.70481*	.026
	60-64	-60	.11335	.997		60-64	-60	.06211	1.000
		65-69	.37422	.796		65-69	1.01863	.997	
		70-74	.45857	.625		70-74	6.65429	.151	
		+75	.46805	.674		+75	9.76692*	.016	
	65-69	-60	-.26087	.946		65-69	-60	-.95652	.998
		60-64	-.37422	.796		60-64	-1.01863	.997	
		70-74	.08435	.999		70-74	5.63565	.352	
		+75	.09382	.999		+75	8.74828	.059	
	70-74	-60	-.34522	.853		70-74	-60	-6.59217	.199
		60-64	-.45857	.625		60-64	-6.65429	.151	
		65-69	-.08435	.999		65-69	-5.63565	.352	
		+75	.00947	1.000		+75	3.11263	.873	
	+75	-60	-.35469	.872		+75	-60	-9.70481*	.026
		60-64	-.46805	.674		60-64	-9.76692*	.016	
		65-69	-.09382	.999		65-69	-8.74828	.059	
		70-74	-.00947	1.000		70-74	-3.11263	.873	

* A diferença média é significativa no nível 0.05

** A diferença média é significativa no nível 0.01

*** A diferença média é significativa no nível 0.001

		Diferença Média	Sig.	
Módulo III	- 60	60-64	.22593	.992
		65-69	.47826	.899
		70-74	.92522	.390
		+75	1.30206	.136
	60-64	-60	-.22593	.992
		65-69	.25233	.988
		70-74	.69929	.624
		+75	1.07613	.263
	65-69	-60	-.47826	.899
		60-64	-.25233	.988
		70-74	.44696	.913
		+75	.82380	.582
	70-74	-60	-.92522	.390
		60-64	-.69929	.690
		65-69	-.44696	.913
		+75	.37684	.960
+75	-60	-1.30206	.136	
	60-64	-1.07613	.263	
	65-69	-.82380	.582	
	70-74	-.37684	.960	

* A diferença média é significativa no nível 0.05

** A diferença média é significativa no nível 0.01

*** A diferença média é significativa no nível 0.001

Anexo G. Testes Post Hoc – Comparações múltiplas – Escolaridade

				Diferença Média	Sig.					Diferença Média	Sig.
Aptidões monetárias	-4	5-9	-1.18093**	.003	Compras	-4	5-9	-1.12701	.204		
		10-12	-1.44169***	.000			10-12	-1.74303*	.022		
		12+	-1.55505***	.000			12+	-1.69344**	.010		
	5-9	-4	1.18093**	.003		5-9	-4	1.12701	.204		
		10-12	-.26077	.922		10-12	-.61603	.820			
		12+	-.37413	.761		12+	-.56643	.822			
	10-12	-4	1.44169***	.000		10-12	-4	1.74303*	.022		
		5-9	.26077	.922		5-9	.61603	.820			
		12+	-.11336	.992		12+	.04960	1.000			
	12+	-4	1.55505***	.000		12+	-4	1.69344**	.010		
		5-9	.37413	.761		5-9	.56643	.822			
		10-12	.11336	.992		10-12	-.04960	1.000			
Pagamento de contas	-4	5-9	-1.95499**	.002	Negócio Bancário	-4	5-9	-4.93405***	.000		
		10-12	-2.27915***	.000			10-12	-6.29051***	.000		
		12+	-1.95324***	.001			12+	-5.78544***	.000		
	5-9	-4	1.95499**	.002		5-9	-4	4.93405***	.000		
		10-12	-.32416	.961		10-12	-1.35646	.596			
		12+	.00175	1.000		12+	-.85140	.832			
	10-12	-4	2.27915***	.000		10-12	-4	6.29051***	.000		
		5-9	.32416	.961		5-9	1.35646	.596			
		12+	.32591	.956		12+	.50506	.963			
	12+	-4	1.95324***	.001		12+	-4	5.78544***	.000		
		5-9	-.00175	1.000		5-9	.85140	.832			
		10-12	-.32591	.956		10-12	-.50506	.963			
Tomada de decisão	-4	5-9	-.70856*	.021	Avaliação do risco	-4	5-9	-.26337	.866		
		10-12	-.80186*	.011			10-12	-.45356	.584		
		12+	-.77149**	.005			12+	-.05882	.998		
	5-9	-4	.70856*	.021		5-9	-4	.26337	.866		
		10-12	-.09330	.990		10-12	-.19019	.969			
		12+	-.06294	.996		12+	.20455	.952			
	10-12	-4	.80186*	.011		10-12	-4	.45356	.584		
		5-9	.09330	.990		5-9	.19019	.969			
		12+	.03036	1.000		12+	.39474	.760			
	12+	-4	.77149**	.005		12+	-4	.05882	.998		
		5-9	.06294	.996		5-9	-.20455	.952			
		10-12	-.03036	1.000		10-12	-.39474	.760			

* A diferença média é significativa no nível 0.05

** A diferença média é significativa no nível 0.01

*** A diferença média é significativa no nível 0.001

		Diferença Média		Sig.			Diferença Média		Sig.
Instrumentos	-4	5-9	-.73173*	.022	Determinação do património	-4	5-9	.09537	.910
		10-12	-.79154*	.017			10-12	.21259	.495
		12+	-1.03243***	.000			12+	-.08296	.928
	5-9	-4	.73173*	.022		5-9	-4	-.09537	.910
		10-12	-.05981	.998		10-12	.11722	.910	
		12+	-.30070	.727		12+	-.17832	.693	
	10-12	-4	.79154*	.017		10-12	-4	-.21259	.495
		5-9	.05981	.998		5-9	-.11722	.910	
		12+	-.24089	.855		12+	-.29555	.303	
	12+	-4	1.03243***	.000		12+	-4	.08296	.928
		5-9	.30070	.727		5-9	.17832	.693	
		10-12	.24089	.855		10-12	.29555	.303	
Doações	-4	5-9	-.15508	.945	Testamentos	-4	5-9	-.12478	.972
		10-12	-.59288	.182			10-12	-.26832	.809
		12+	-.76697*	.019			12+	-.44646	.348
	5-9	-4	.15508	.945		5-9	-4	.12478	.972
		10-12	-.43780	.576		10-12	-.14354	.977	
		12+	-.61189	.215		12+	-.32168	.754	
	10-12	-4	.59288	.182		10-12	-4	.26832	.809
		5-9	.43780	.576		5-9	.14354	.977	
		12+	-.17409	.952		12+	-.17814	.953	
	12+	-4	.76697*	.019		12+	-4	.44646	.348
		5-9	.61189	.215		5-9	.32168	.754	
		10-12	.17409	.952		10-12	.17814	.953	
Módulo II	-4	5-9	-10.92023***	.000	Módulo III	-4	5-9	-.18449	.974
		10-12	-14.13674***	.000			10-12	-.64861	.488
		12+	-13.27338***	.000			12+	-1.29638**	.009
	5-9	-4	10.92023***	.000		5-9	-4	.18449	.974
		10-12	-3.21651	.608		10-12	-.46411	.820	
		12+	-2.35315	.765		12+	-1.11189	.109	
	10-12	-4	14.13674***	.000		10-12	-4	.64861	.488
		5-9	3.21651	.608		5-9	.46411	.820	
		12+	.86336	.986		12+	-.64777	.588	
	12+	-4	13.27338***	.000		12+	-4	1.29638**	.009
		5-9	2.35315	.765		5-9	1.11189	.109	
		10-12	-.86336	.986		10-12	.64777	.588	

* A diferença média é significativa no nível 0.05

** A diferença média é significativa no nível 0.01

*** A diferença média é significativa no nível 0.001

Anexo H. Correlações de Pearson dos parâmetros do IACFin com os do ACE-R e da GDS-30 (N=118)

	ACE-R Total	ACE-R Atenção e Orientação	ACE-R Memória	ACE-R Fluência	ACE-R Linguagem	ACE-R Visuo-espacial	ACE-R MMSE	GDS-30
Aptidões monetárias	.586***	.501***	.551***	.523***	.583***	.464***	.278**	-.222*
Compras	.541***	.574***	.560***	.513***	.475***	.459***	.385***	-.200*
Pagamento de contas	.577***	.549***	.530***	.499***	.488***	.340***	.309***	-.138
Negócio bancário	.681***	.591***	.666***	.600***	.675***	.507***	.345***	-.254**
Tomada de decisão	.568***	.595***	.629***	.338***	.507***	.451***	.358***	-.196*
Avaliação do risco	.297***	.149	.166	.261**	.299***	.208*	.180	-.060
Instrumentos	.315***	.254**	.300***	.381***	.412***	.244**	.238**	-.176
Determinação do património	.044	.147	.017	.038	.182*	.080	.094	-.097
Doações	.388***	.262**	.402***	.227*	.340***	.247**	.230*	.080
Testamentos	.361***	.217*	.173	.273**	.276**	.238**	.089	.046
Módulo II	.751***	.673***	.720***	.664***	.718***	.558***	.421***	-.255**
Módulo III	.491***	.352***	.373***	.331***	.450***	.334***	.234*	.050

* A correlação é significativa no nível 0.05

** A correlação é significativa no nível 0.01

*** A correlação é significativa no nível 0.001